

IV – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA

IV.1. - INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR

A zona da OECD gasta anualmente 5,9% do PIB na Educação, contribuindo o sector público acima dos 4,8%. Em Portugal, as estatísticas provisórias do INE mostravam que, em 2001, a despesa do Produto Interno Bruto (PIB) na Educação se situava na ordem dos 7,0%, ultrapassando, em grande escala, a média europeia. Não obstante o investimento, verifica-se no relatório da OECD *Education at a Glance* (OECD; 2003), que a percentagem da população portuguesa que concluiu pelo menos o Ensino Secundário, ou equivalente, é a mais baixa da Organização, com valores próximos da Turquia e do México. Por outro lado, comparativamente à média dos 15 países da UE, Portugal tem uma elevada percentagem de jovens entre os 18-24 anos fora do ensino (educação e formação) e com emprego, o que conjugado com as taxas de saída precoce remeterá para um excesso de emprego não qualificado.

A par do panorama Português, o relatório de 2003 apresentado pela OECD demonstra que os gastos com o sistema educativo não são uma influência significativa na sua qualidade – a Austrália, a Finlândia, Irlanda, Coreia e Reino Unido apresentam gastos moderados com o 1º e o 2º ciclo do ensino básico e são os países em que os alunos de 15 anos apresentam níveis de desempenho mais elevados em domínios-chave.

Deduzimos então, que o desempenho abaixo da média da OECD em muitos indicadores de Educação não será o reflexo de um menor investimento público em Portugal, mas uma condição estrutural que apela a medidas urgentes concertadas socialmente em todos os sectores.

Habitamo-nos a observar as baixas qualificações das populações, a baixa produtividade do mercado Português e por toda a parte surgem reclamações por um maior investimento. Os dados acima mencionados, contrariam as reivindicações e remetem obrigatoriamente para uma reflexão em termos da estrutura, das opções proporcionadas pelo sistema educativo e formativo português e da gestão dos recursos existentes que parecem à primeira vista, não se adequar às realidades quer dos mercados, quer dos jovens.

Apesar da prioridade mediática da educação pelos mais diversos sectores, assistimos em Portugal à persistência do fenómeno do abandono escolar. O princípio da escolaridade obrigatória em Portugal deu-se em 1836 com a obrigatoriedade de frequentar a escola durante 4 anos. Em 1964 é decretado o aumento da escolaridade obrigatória da 4ª classe para o 6º ano, e em 1986 o limite é ampliado para 9 anos. Castells alerta na entrevista supracitada, para o facto do aumento da escolaridade obrigatória em países como Espanha e Portugal provocar um aumento da taxa de abandono escolar entre os 14 e os 16 anos. Ainda assim, verificam-se indiscutivelmente desigualdades sociais tanto no acesso à escola como no seu sucesso, não sendo a escolaridade obrigatória plenamente acedida por todos os indivíduos.

IV.1.1. – INDICADORES DE ABANDONO E INSUCESSO ESCOLAR NO CONCELHO DE ESPINHO

O abandono escolar tem vindo a ser objecto de sistemáticos alertas por parte quer das escolas, quer das instituições locais, nomeadamente, da Segurança Social e da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. O fenómeno é também, uma fonte de preocupações para as entidades que promovem respostas, através de ludotecas, mediatecas, ATL's que actuam em zonas particularmente vulneráveis ao risco social, como a Marinha de Silvalde ou o Bairro da Ponte de Anta.

O concelho regista uma taxa de abandono escolar na ordem dos 4,1% e este valor assume uma especial importância quando verificamos que os restantes concelhos a nível nacional que detêm a mesma taxa são Terras de Bouro, Vinhais, Torre de Moncorvo, Tábua, Borba e Rio Maior, na sua maioria concelhos com características rurais que em nada se comparam às características privilegiadas de Espinho, localizado numa zona de convergência entre a Área Metropolitana do Norte e o distrito de Aveiro. Refira-se a este propósito, que o abandono escolar tanto na região do Grande Porto como na área de Entre Douro e Vouga se situa nos 2,6%, contrastando os dados registados em Espinho com os restantes concelhos limitrofes.

O porta-voz do Ensino Recorrente declarou na reunião do Grupo de Animação Temática da Educação da Rede Social de Espinho, realizada a 1 de Março de 2005 que a grande maioria das pessoas que frequentam este tipo de ensino têm entre 20 a 30 anos. Este dado, ao situar a procura do ensino recorrente numa geração de jovens adultos, vem confirmar as perspectivas técnicas da necessidade urgente de concertação de políticas sociais sobre o fenómeno do abandono escolar no concelho.

Tabela nº89
Estatísticas Locais de Educação

Concelho	Abandono Escolar	Saída Antecipada	Saída Precoce	Retenção no Ensino Básico	Aproveitamento no ensino Secundário	Índice de Educação	
Espinho	4,1	27,2	44,5	13,9	74,5	0,958	
Nacional	Valor mais alto	(Mondim de Basto) 9,5	(Lousada) 56,5	(Lousada) 73,9	(Monforte) 26,9	(Batalha) 87,5	(Seixal) 0,977
	Valor mais baixo	(Marvão, Arronches) 0,0	(Oeiras) 9,4	(Oeiras) 23,6	(Ansião) 6,9	(Cerca de 35 concelhos) 0,0	(Idanha-a-Nova) 0,674

Fonte: Ministério da Educação

Não obstante, e comparativamente com o resto do país, Espinho registava em 2001, uma elevada taxa de sucesso escolar, ocupando o 13º lugar com uma percentagem de 74,5%.

Os dados estatísticos recolhidos ao nível local junto dos estabelecimentos de ensino permitem-nos identificar as tendências dos fenómenos de abandono e insucesso escolar nos últimos cinco anos, (2001/02 a 2005/06), relativamente aos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário, por anos de escolaridade.

Ao nível da escolaridade obrigatória, designadamente dos 2º e 3º Ciclos do ensino básico, constata-se uma quebra no abandono e no insucesso escolar, não obstante as oscilações no comportamento destes dois fenómenos. Para o período em análise observa-se (pela leitura da tabela 91) que enquanto o 2º CEB se apresenta com a taxa de abandono³³ mais elevada, (1,82%), o 3º ciclo possui a maior taxa de retenção³⁴ (16,56%).

O Gráfico nº56 permite-nos uma leitura sobre a evolução do abandono nos 2º e 3º ciclos, por anos de escolaridade, aferindo-se desde logo, duas tendências principais: por um lado, a diminuição progressiva do abandono no 5º e 7º anos, e por outro, uma subida dos casos ocorridos no 6º, 8º e 9ºano.

³³ - Taxa de abandono – Relação percentual entre o número de alunos que abandonaram a escolaridade obrigatória e o número de matriculados nesse ano lectivo.

³⁴ - Taxa de retenção – Relação percentual entre o número de alunos retidos e o número de matriculados nesse ano lectivo.

Tabela nº90
Nº de Alunos Matriculados, nº de Alunos que Abandonaram e nº de Alunos Retidos (2001/02 a 2005/06)

Anos de Escolaridade	2001-2002			2002-2003			2003-2004			2004-2005			2005-2006			TOTAL		
	Matriculas	Abandonos	Retenções	Matriculas	Abandonos	Retenções	Matriculas	Abandonos	Retenções	Matriculas	Abandonos	Retenções	Matriculas	Abandonos	Retenções	Matriculas	Abandonos	Retenções
2º e 3º CEB																		
5º ano	532	12	77	484	18	68	534	6	87	499	15	61	413	5	39	2462	56	332
6º ano	475	9	64	514	5	34	460	2	48	480	8	47	455	8	54	2384	32	247
2ºCEB	1007	21	141	998	23	102	994	8	135	979	23	108	868	13	93	4846	88	579
7º ano	454	15	113	468	12	86	510	6	67	446	9	107	497	6	80	2375	48	453
8º ano	455	16	91	427	4	44	402	4	54	483	6	78	453	9	39	2220	39	306
9º ano	392	3	68	401	5	60	386	5	49	374	3	60	453	9	97	2006	25	334
3ºCEB	1301	34	272	1296	21	190	1298	15	170	1303	18	245	1403	24	216	6601	112	1093
CEF	-	-	-	40	16	-	40	9	-	53	5	-	30	16	8	163	46	8
PIEF	-	-	-	-	-	-	17	8	1	17	8	-	28	15	-	62	31	1

Fonte: Dados cedidos pelos Estabelecimentos de Ensino.

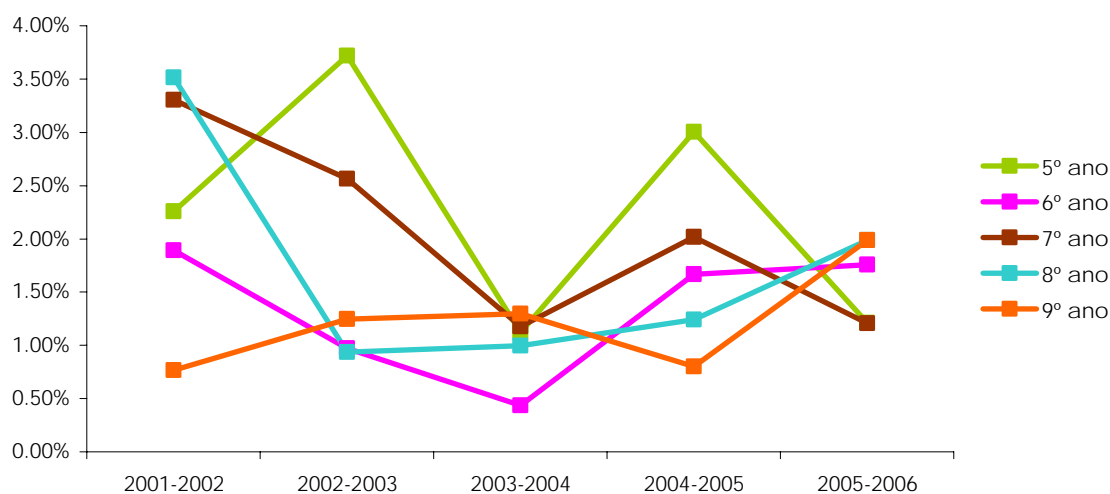
Tabela nº91
Evolução da Taxa de Abandono e de Retenção nos 2º e 3º CEB, por Anos de Escolaridade, 2001/02 a 2005/06)

Anos de Escolaridade	2001-2002		2002-2003		2003-2004		2004-2005		2005-2006		Total (2001/02 a 2005/06)	
	Abandono	Retenção	Abandono	Retenção	Abandono	Retenção	Abandono	Retenção	Abandono	Retenção	Abandono	Retenção
2º e 3º CEB												
5º ano	2,26%	14,47%	3,72%	14,05%	1,12%	16,29%	3,01%	12,22%	1,21%	9,44%	2,27%	13,48%
6º ano	1,89%	13,47%	0,97%	6,61%	0,43%	10,43%	1,67%	9,79%	1,76%	11,87%	1,34%	10,36%
2ºCEB	2,09%	14,00%	2,30%	10,22%	0,80%	13,58%	2,35%	11,03%	1,50%	2,35%	1,82%	11,95%
7º ano	3,30%	24,89%	2,56%	18,38%	1,18%	13,14%	2,02%	23,99%	1,21%	16,10%	2,02%	19,07%
8º ano	3,52%	20,00%	0,94%	10,30%	1,00%	13,43%	1,24%	16,15%	1,99%	8,61%	1,76%	13,78%
9º ano	0,77%	17,35%	1,25%	14,96%	1,30%	12,69%	0,80%	16,04%	1,99%	21,41%	1,25%	16,65%
3ºCEB	2,61%	20,91%	1,62%	14,66%	1,16%	13,10%	1,38%	18,80%	1,71%	15,40%	1,70%	16,56%
CEF	-	-	40,00%	-	22,50%	-	9,43%	-	53,33%	26,67%	28,22%	4,91%
PIEF	-	-	-	-	47,06%	5,88%	47,06%	-	53,57%	-	50,00%	1,61%

Fonte: Dados cedidos pelos Estabelecimentos de Ensino

Gráfico nº56

Evolução da Taxa de Abandono nos 2º e 3º CEB, por Ano de Escolaridade, (2001/02 a 2005/06)



Fonte: Dados fornecidos pelos estabelecimentos de ensino

Relativamente ao 2º CEB, é o 5º ano, que no período de 2001/02 a 2005/06, revela a maior taxa de abandono, não obstante a quebra acentuada verificada nos anos de 2003/04 e 2005/06. Já neste último ano lectivo, é o 6º ano, que evidencia o maior abandono do ciclo, (1,76%), em resultado da sua tendência crescente nos dois últimos anos. (2003/04 a 2005/06) (gráfico nº56)

Ao nível do 3º CEB, é o 7º ano que se sobressai uma taxa de abandono aproximada ao do 5º ano, manifestando igualmente, uma quebra considerável em 2003/04, uma subida no ano lectivo seguinte e uma nova descida em 2005/06, de tal forma que nesse ano lectivo, se evidencia com o menor abandono do ciclo.

Em 2005/06 foram o 8º e 9º anos que manifestaram o maior abandono escolar e que no último ano viram aumentados a percentagem de casos. Repare-se que no 9º ano, com excepção do período de 2003/04 a 2004/05, que regista uma pequena quebra, tem-se verificado um aumento progressivo da taxa de abandono. Por outro lado, o 8º ano, com excepção do período de 2001/02 a 2002/03, que revelou uma redução da taxa de abandono, assistiu-se igualmente a um aumento da percentagem de casos. (gráfico nº56)

No que respeita à retenção que como referido anteriormente é um factor persistente nos casos de abandono³⁵ observamos pela leitura do gráfico nº 57, por um lado, um aumento

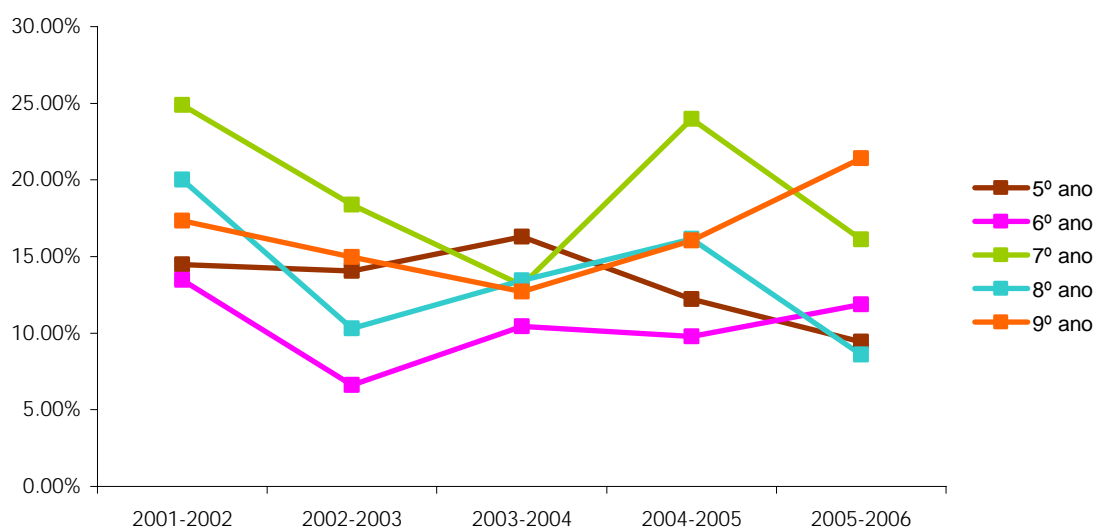
³⁵ - Embora a retenção não leve necessariamente ao abandono, é certo que os alunos que abandonam são na sua maioria esmagadora repetentes.

do número de casos nos 6º e 9º anos, últimos anos do cada um dos ciclos e por outro, uma diminuição nos restantes níveis de ensino,

No que concerne ao 2º CEB, é também o 5º ano que regista o maior insucesso escolar, no período em questão (2001/02 a 2005/06). Em termos evolutivos, constata-se por um lado, uma redução significativa da taxa de retenção no 5ºano e por um outro lado, um acréscimo no 6º ano, concretamente a partir do ano de 2002/03, atingindo em 2005/06 o seu maior valor do ciclo.

Gráfico nº57

Evolução da Taxa de Retenção no 2º e 3º CEB, por Ano de Escolaridade (2001/02 a 2005/06)



Fonte: Dados fornecidos pelos Estabelecimentos de Ensino

No 3º ciclo, no período de 2001/02 a 2005/06, é o 7º ano que regista a maior percentagem de retenções. Contudo, apesar do seu comportamento irregular, a taxa de retenção nos 7º, e 8º anos de escolaridade tem vindo a diminuir. Por sua vez, o 9º ano, ultimo ano do ciclo, após uma diminuição dos casos de retenção até 2003/04, tem vindo progressivamente a assistir a um aumento do insucesso escolar, tendo-se tornado mais acentuado no ano de 2005/06. (gráfico nº57)

Relativamente aos Cursos de Educação e Formação, Tipo I e Tipo II, constatamos após uma quebra do abandono em termos absolutos e relativos, um aumento no ano de 2005/06. Quanto às retenções, apenas se observam no ano de 2005/06. (tabela nº90)

Quanto às duas turmas de PIEF do 2º e 3º ciclos, denota-se um aumento do abandono igualmente no ano de 2005/06, registando-se apenas um caso de retenção, no ano de 2003/04.

No que diz respeito ao ensino secundário apenas nos é possível analisar as desistências e retenções, por anos de escolaridade no período entre 2003-2004 e 2004-2005. O somatório dos dados recolhidos nas duas escolas secundárias evidencia uma diminuição das desistências e da taxa de retenção. É ao nível do 10º ano, (1º ano do ciclo de estudos) que se verifica a maior percentagem de alunos que desistem, no período em questão (7,39%). Quando à retenção é o 12º ano que se sobressai, (36,79%) seguido pelo 10º (19,75%). Em contrapartida, o 11º ano, sendo um ano intermédio, regista o menor valor quer de desistências, quer de retenções. (tabelas nºs 92 e 93)

Tabela nº 92

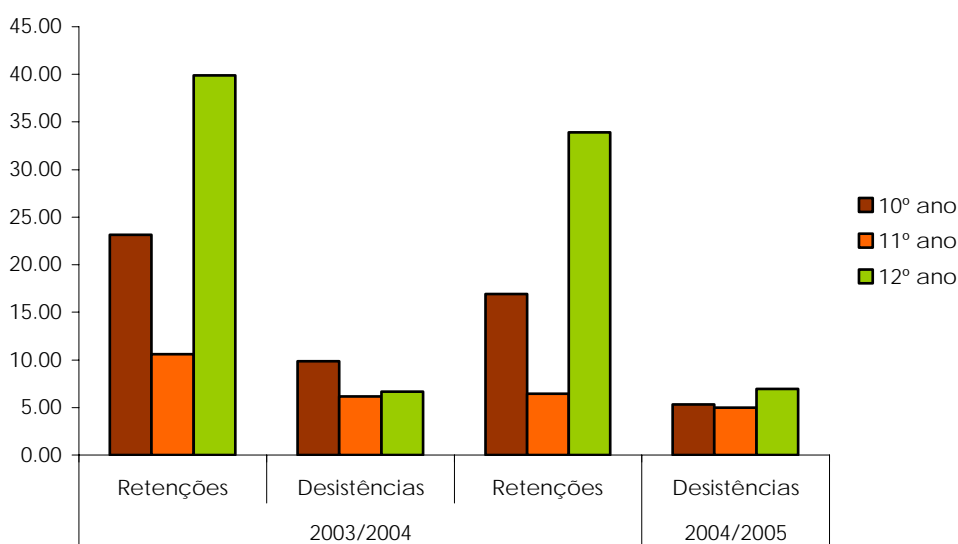
Número de Matriculas, Desistências e Retenções no Ensino Secundário, segundo o Ano de Escolaridade, nos Anos Lectivos de 2003-2004 e 2004-2005

Anos de Escolaridade	2003/2004			2004/2005			Total		
	Matric.	Desist.	Retenções	Matric.	Desist.	Retenções	Matric.	Desist.	Retenções
10º ano	506	50	117	603	32	102	1109	219	82
11º ano	340	21	36	402	20	26	742	62	41
12º ano	376	25	150	404	28	137	780	287	53
Secundário	1222	96	303	1409	80	265	2631	568	176

Fonte: Dados fornecidos pelos Estabelecimentos de Ensino

Gráfico nº58

Evolução da % de Desistências e da % de Retenções, no Ensino Secundário, segundo o Ano de escolaridade, (2003-2004 a 2004-2005)



Fonte: Dados fornecidos pelos estabelecimentos de ensino

Tabela nº 93

Percentagem de Desistências e de Retenções no Ensino Secundário, por Ano de Escolaridade, no ano de 2003/04 e 2004/05

	2003/2004		2004/2005		Total	
	Desistências	Retenções	Desistências	Retenções	Desistências	Retenções
10º ano	9,88%	23,12%	5,31%	16,92%	7,39%	19,75%
11º ano	6,18%	10,59%	4,98%	6,47%	5,53%	8,36%
12º ano	6,65%	39,89%	6,93%	33,91%	6,79%	36,79%
Total	7,86%	24,80%	5,68%	18,81%	6,69%	21,59%

Fonte: Dados fornecidos pelos Estabelecimentos de Ensino

Relativamente à evolução das desistências no ensino secundário, constata-se uma diminuição, em termos percentuais e absolutos, no 10º e 11º anos, e por outro lado, um ligeiro acréscimo no 12º ano.

Quanto ao indicador - taxa de retenção - verifica-se um decréscimo em todos os níveis de ensino. (Tabela nº 93)

Não é mencionada neste capítulo a rede educativa privada, já que assistimos à quase inexistência do fenómeno nestes estabelecimentos de ensino. Na verdade, quer a Escola Profissional de Música, quer a Escola Profissional de Espinho ou o Externato Oliveira Martins revelam índices muito fracos de abandono escolar que atribuímos, particularmente, ao carácter profissionalizante da sua oferta educativa.

Face à preponderância que o tema adquire no município de Espinho e às preocupações demonstradas pelas diversas entidades, a Rede Social impulsionou em 2005, a criação do Núcleo de Prevenção do Insucesso e Abandono Escolar que veio permitir a existência de um organismo vocacionado para esta temática e ao qual as escolas, as instituições e a comunidade podem recorrer sempre que detectarem situações que necessitem de apoio institucional. Este organismo permite concertar acções e otimizar os recursos concelhios com base nos princípios da parceria, da multidisciplinaridade, integração, articulação, subsidiariedade e inovação. Compete-lhe o diagnóstico das situações de alunos identificados em situações de Risco de Abandono Escolar ou de Abandono Efectivo e o estabelecimento de acções que respondam eficazmente aos percursos encetados pelos alunos e às suas características pessoais, sociais e familiares.

Este Núcleo levou a cabo em 2005, um levantamento dos alunos que abandonaram a escola e dos alunos em risco de abandono, com o intuito de reconhecer os indivíduos e causalidades de cada situação e diligenciar acções de apoio as crianças/jovens e

respectivas famílias. Foram distribuídas fichas de caracterização às escolas a preencher pelos directores de turma. As devolvidas foram o objecto de uma análise estatística com o recurso ao programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), e ainda a uma análise categórica, temática e causal das perguntas formuladas com um carácter aberto.

Foram endereçadas à Rede Social listagens que permitiram identificar um total de 123 alunos – 55 em risco de abandonar a escola e 14 que já abandonaram os estudos. Quanto aos restantes 54 não detemos actualmente informações sobre a situação face ao sistema escolar. Dos 123 alunos identificados, foram preenchidas 55 fichas de caracterização individual que representa 44,7% do total de alunos comunicados. Salientamos, a este propósito, que a esmagadora maioria das fichas se refere a alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino secundário e são provenientes, sobretudo, da Escola Dr. Manuel Laranjeira, que procedeu à caracterização da situação de 34 crianças e jovens. Apenas 9 casos dizem respeito a alunos do 1º Ciclo que, por seu turno, pertencem ao Agrupamento das Escolas Sá Couto e a escolas do 1º ciclo, sitas na freguesia de Espinho.

Apesar de termos presente que nem todos os alunos que desistem de estudar num ano desistem permanentemente do sistema de ensino, julgamos que estas crianças/jovens estão mais vulneráveis ao risco de abandono. Assim e considerando que 121 alunos desistiram de estudar no ano de 2004-2005³⁶ (80 do ensino secundário e 41 do ensino básico) e ainda o reduzido número de casos de abandono identificados em 2005 pelo Núcleo de Prevenção do Insucesso e Abandono Escolar (apenas de 14 casos, ao passo que se identificaram 41 alunos em situação de risco de abandono), concluímos rapidamente que existe um desfazamento entre a realidade e a imagética veiculada pelas instituições.

Quando confrontamos as informações prestadas pelos professores à Rede Social, com outros instrumentos de recolha de informação concelhia como o relatório de 2005 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, aumenta a hipótese de desarticulação institucional e mesmo escolar, na identificação de alunos em situação de abandono escolar e risco. De facto, a CPCJ detectou em 2005, 42 casos de abandono escolar, dos quais, apenas 4 foram remetidos à Rede Social³⁷. Assim, parece viável concluir, que o número de alunos identificados em situação de risco ou abandono escolar é superior ao contabilizado.

³⁶ - 2004-2005 É o ano mais recente em que foi possível obter valores para todos os estabelecimentos de ensino

³⁷ - Muito embora não tenha existido um cruzamento de dados com este organismo (CPCJ) consideramos que existe uma forte possibilidade de os casos sinalizados com acompanhamento institucional da CPCJ, estejam entre os 42 contemplados no relatório de actividades da Comissão.

O estudo realizado pela Rede Social enfatiza ainda, o insucesso escolar como uma das causas subjacentes ao abandono escolar. O insucesso é por toda a parte, uma companhia persistente dos casos de abandono escolar e ambos os fenómenos estão usualmente, associados a situações de fracassos e retenções. Se este facto é facilmente comprovado quando analisamos a taxa de alunos que já repetiram pelo menos uma vez de ano (detectamos 40 alunos repetentes), confirmamos a sua preponderância quando verificamos que os professores assinalaram em 34 casos a problemática do insucesso escolar, fazendo-a destacar-se das restantes problemáticas e exigindo a concepção de respostas adequadas e especialmente direccionadas, para as dificuldades sentidas nas diversas disciplinas.

Tabela nº 94

Problemáticas identificadas pelos professores nos alunos em situação de risco e abandono escolar, por número de alunos que as vive.

Problemáticas Identificadas nos Alunos	Nº	%
Insucesso Escolar	34	21,3
Deficit de Atenção	23	14,4
Dificuldades de Aprendizagem	21	13,1
Distúrbios comportamentais	14	8,8
Conflitos familiares	14	8,8
Situação Económica Carenciada	11	6,9
Más relações com os colegas	9	5,6
Má relação com os professores	8	5,0
Negligência parental	8	5,0
Agressivo	7	4,4
Abuso e Violência Familiar	3	1,9
Historial depressivo/Tendência para tristeza persistente	3	1,9
Más condições habitacionais	3	1,9
Timidez Excessiva	2	1,3
Total	160	100,0

Meio familiar

Meio escolar

Factores individuais

IV. 1.1.1 - Especificidades Locais – o Abandono Escolar na Etnia Cigana

A Segurança Social, sobretudo no âmbito do Programa do Rendimento Social de Inserção, e outras instituições concelhias que garantem tanto o apoio à prossecução local deste programa, como de outros projectos na área da Acção Social ou da Educação informal, como a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho ou a CerciEspinho, têm vindo a alertar sucessivamente para a gravidade dos fenómenos do insucesso e abandono escolar junto da etnia cigana residente no concelho, bem como para as especificidades inerentes a esta problemática. A necessidade premente de delinear e executar um projecto institucional articulado, coerente e concertado, levou inclusive, à criação de uma Equipa Operativa no âmbito da Rede Social, para permitir um debate alargado entre as instituições sobre o diagnóstico e concepção de oportunidades de acção.

O baixo número de fichas de caracterização remetidas à Rede Social, permitiu detectar apenas 8 crianças de etnia cigana, todas em situação de Risco (e não de abandono), referentes a 4 rapazes e 4 raparigas. Todos os alunos frequentam o ensino básico e 6 já repetiram de ano, evidenciando-se que todos repetiram pelo menos uma vez no 2º ano de escolaridade, que parece revelar-se um ano problemático para estas crianças. Em relação às problemáticas detectadas pelos professores apenas observamos o insucesso escolar e as dificuldades de aprendizagem, que contabilizam 4 casos em cada categoria, sem serem mencionados outros problemas associados, quer no universo escolar e individual, quer no universo familiar.

Os traços culturais da etnia cigana conferem ao abandono escolar especificidades que exigem um olhar diferente e uma intervenção distinta e particular, dirigida a esta comunidade.

Do nosso conhecimento, existem dois estudos que incidem especificamente sobre a comunidade cigana de Espinho, que podem lançar alguma luz sobre o tema em foco. Ambos realizados no contexto académico³⁸, abordam a relação entre os ciganos e a escola e argumentam a necessidade de construir projectos educativos em Espinho que respondam de uma forma clara, às especificidades inerentes à problemática da frequência escolar na etnia cigana.

³⁸ - Mendes, Maria Manuela " *Algumas reflexões sobre o trajecto escolar e as atitudes face à escola do grupo étnico cigano – Bairro S. João de Deus e Espinho*" Valente, Orquidea, *Importância da Alfabetização na Qualidade de Vida da Comunidade Cigana – Implicações PsicoPedagógicas.*, (2003), Monografia de Licenciatura em Psicopedagogia Clínica, Universidade Moderna do Porto.

Segundo Mendes (s/d) o processo de sedentarização da etnia cigana no concelho, começou há já pelo menos 60 anos, e tem vindo a obter repercussões positivas nos níveis de escolarização, que embora se revelem muito desfasados dos da sociedade em geral, demonstram uma relativa subida dos graus de escolaridade nas diferentes gerações de ciganos.

A desvalorização do sistema educativo é um traço cultural cigano e traduz a desconfiança de um povo, que sujeito a discriminações e desconfianças constantes, adoptou uma postura defensiva de reclusão, passando de um processo de exclusão para um outro, de auto-exclusão. Chegaram a Portugal na segunda metade do século XVI e a sua presença levou ao aparecimento de leis discriminatórias, que apenas foram extintas em 1976, com a redacção da Constituição da Republica Portuguesa.

Em 2003, a CerciEspinho promoveu um estudo realizado por Valente com o intuito de avaliar as implicações psicopedagógicas da alfabetização na qualidade de vida da comunidade cigana residente em Espinho. O estudo compreendeu uma revisão exaustiva da literatura científica produzida sobre o tema, bem como a investigação empírica que consistiu na aplicação do Protocolo de Adultologia para estudo do perfil psicológico, social e de saúde do adulto português, bem como entrevistas estruturadas para aferir as perspectivas da comunidade cigana face à escola. Foram entrevistados cerca de 60 indivíduos (31 mulheres e 29 homens) com mais de 18 anos.

Por norma, são raros os membros da etnia que concluem o 9º ano de escolaridade obrigatória e a esmagadora maioria abandona a escola logo após a conclusão do ensino básico. No caso concreto de Espinho, dos 60 indivíduos entrevistados 6 tinham o ensino secundário, mas 29 eram analfabetos, 13 dos quais ao nível funcional.

Apenas 29% das mulheres são alfabetizadas, enquanto 75,9% dos homens tem um qualquer nível de ensino. A taxa de alfabetização varia drasticamente entre homens (75,9%) e mulheres (29%) observando-se que a escolaridade está estritamente relacionada com as questões de género e do papel desempenhado por cada um na vida familiar e na comunidade. Na cultura cigana a mulher desempenha um papel submisso, de obediência e humildade perante a sua família e é precisamente por se verem muitas vezes obrigadas a deixar a escola (o que acontece no caso de 77,4% das mulheres) que a esmagadora maioria afirma que gostava de continuar a estudar (96,8%) considerando que se o tivessem feito, a sua vida seria provavelmente melhor. Os homens deixam usualmente o sistema de ensino por livre vontade (79,3%) tanto para poderem trabalhar na feira, como por simples desinteresse, alegando que a escola não é importante para os ciganos. As evidentes

discrepâncias no percurso educativo de rapazes e raparigas respeitam os padrões culturais que regem as relações de género na etnia cigana – as raparigas deverão frequentar apenas o ensino básico procurando-se evitar a partir da adolescência o contacto com outros jovens (rapazes) sobretudo dos que não pertencem à etnia, já que a estas se reserva um papel crucial na vida familiar, o de esposa e mãe. Tanto Mendes, como Valente (2003), aludem a uma preponderância dos baixos graus de escolaridade e do abandono escolar no sexo feminino, que traça um percurso de descontinuidades e rupturas educativas, em prol da exigência de cumprimento das responsabilidades sociais e familiares, que incluem o contributo para a subsistência familiar.

Consequentemente os ciganos desconfiam das instituições e rejeitam o cumprimento da legislação, mas subsistem com dificuldades económicas graves e recorrem frequentemente, ao usufruto das medidas de política social, como o Rendimento Social de Inserção.

Esta dependência das políticas sociais parece, segundo as percepções dos técnicos que actuam na área social, ser preponderante no aumento da escolaridade, já que a contrapartida usual no caso de indivíduos ciganos ao nível local, é a frequência do ensino recorrente para os pais e dos estabelecimentos de ensino regular para os filhos, funcionando a prestação pecuniária, como um factor de motivação para o cumprimento do acordo de inserção.

Na área do emprego, verificamos que a maioria das famílias ciganas do concelho têm como principal fonte de rendimento, as vendas nas feiras, existindo uma forte reprodução profissional, que transita de pais para filhos. É um emprego que lhes garante a tão almejada liberdade, já que lhes permite trabalhar por conta própria e não depender de outrem, para além de proporcionar uma forte mobilidade, a um povo que é nómada por natureza. Todavia, é também uma profissão que não exige um grau de escolaridade elevado, sendo aliás em muitas ocasiões, o motivo de abandono dos estudos, já que as crianças aprendem o ofício em família e são educadas 'pela e para a comunidade'. (Liégeois J., 2001)

A tensão da dialéctica entre a inclusão e exclusão da etnia cigana atinge determinantemente a relação com a escola e exige uma intervenção transversal, cuja base de partida que se deverá situar nas três premissas principais do desenvolvimento comunitário: realizar o diagnóstico das necessidades com a participação das populações, iniciar os projectos a partir da mobilização das capacidades da própria comunidade e abordar os problemas e as soluções de forma integrada, articulando vários conhecimentos disciplinares e sectores de intervenção. (Amaro, 2004: 19)

IV.2. - A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nos últimos anos as práticas educativas têm arrogado um cariz mais humanista e inclusivo que, no domínio das Necessidades Educativas Especiais (adiante designadas por NEE), se traduz na adopção de novas concepções; baseadas no reconhecimento da pessoa com deficiência enquanto cidadão de pleno direito e na prossecução de uma educação regida pelos princípios da igualdade de oportunidades e da abolição de práticas discriminatórias. Proclama-se o direito de todas as crianças a frequentar escolas regulares, que devem disponibilizar meios e diligenciar todo o apoio necessário e adequado ao seu sucesso (Declaração de Salamanca: 1994).

Os princípios gerais da Lei de Bases do Sistema Educativo Português (LBSE) arrogam a universalidade, a democratização do ensino e a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. A educação especial é como tal, contemplada enquanto modalidade especial do sistema educativo, já que apesar de se constituir como parte integrante da educação escolar, se rege por disposições específicas. O artigo 17º da Lei nº 46/86 de 14 de Outubro estipula que a educação especial «visa a recuperação e integração socioeducativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais».

Neste sentido, a educação especial rege-se preferencialmente pela integração em estabelecimentos regulares de ensino, que deverão, por via do apoio estatal, garantir as condições necessárias para a qualidade da educação prestada e para todo o acompanhamento multidisciplinar e transversal inerente ao processo de aprendizagem. Deve compreender a redução das limitações provocadas pela deficiência, passando pelo apoio à família, até à facilitação da passagem para a vida activa. Não obstante a primazia da integração de alunos com NEE em escolas de ensino regular, a legislação contempla ainda que o ensino poderá também decorrer em instituições específicas, quando comprovadamente o tipo e grau de deficiência do educando o exigir.

Na sequência do previsto na Lei de Bases, o enquadramento legislativo do ensino especial estriba-se no Decreto-lei nº 319/91, de 23/08 que regula a integração dos alunos portadores de deficiência nas escolas regulares, no Despacho nº 173/ME/91 de 23/10 que estabelece as medidas destinadas a alunos com necessidades educativas especiais e os procedimentos necessários à sua aplicação. A Portaria n.º 611/93 de 29/06 estipula a aplicação das medidas estabelecidas no Decreto-lei n.º 319/91 de 23/08 destinadas aos jardins-de-infância da rede pública do Ministério da Educação, ao passo que a Portaria n.º

1102/97 de 3/11 se refere às condições de educação para os alunos que frequentam as associações e cooperativas de ensino especial.

Apesar das orientações legislativas referirem como objecto de ensino especial os indivíduos portadores de deficiências físicas e mentais, os critérios para a definição das NEE têm necessariamente que incluir, a par dos critérios médicos, os pareceres pedagógicos. Esta tendência é visível na conceptualização que o Ministério da Educação apresenta das NEE, situada dentro dos parâmetros estabelecidos pela administração educativa inglesa, considerando que o «termo Necessidades Educativas Especiais inclui alunos com capacidades de diferentes níveis, que demonstrem dificuldades na aprendizagem e cognição, comunicação e interacção, nos aspectos físicos e sensoriais, e/ou comportamentais, emocionais e de desenvolvimento social.» (Gabinete da Ministra, 2005: 3). O conceito abarca amplas e complexas dimensões práticas e uma intervenção bem sucedida tem que se espartilhar e especializar em acções multidisciplinares adaptadas a cada caso. Segundo a OCDE a operacionalização do conceito deverá ser tripartida – “DDD” – considerando as seguintes categorias:

“Categoria A (Deficiências) – abarca os alunos cujas necessidades educativas decorrem de uma causa orgânica ou biológica identificada. (ex: hipocaustos)

Categoria B (Dificuldades) – abarca os alunos cujas necessidades educativas não parecem residir numa causa orgânica, nem num factor de desvantagem social. (ex: sobredotados, problemas de comportamento ou disléxicos)

Categoria C (Desvantagens) – abarca os alunos cujas necessidades educativas decorrem de factores socioeconómicos, culturais ou linguísticos.
(ex: imigrantes) ”

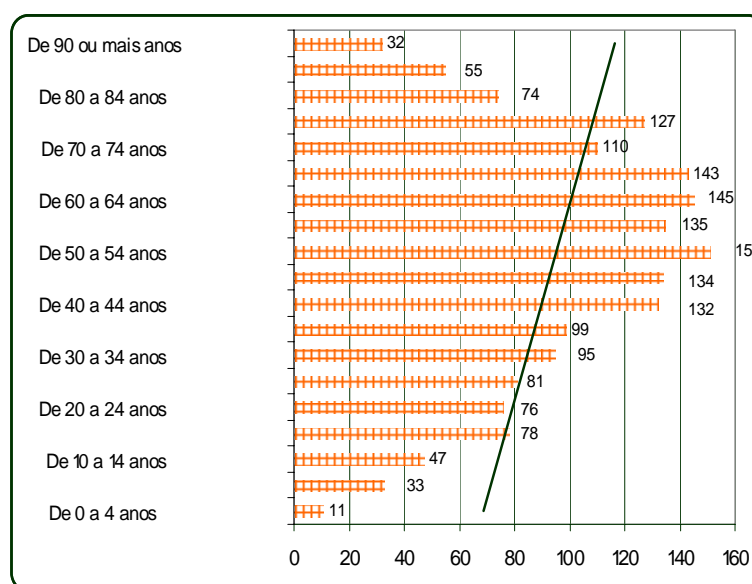
(Gabinete da Ministra, 2005: 5)

A análise das categorias supracitadas elucida, desde logo, a diversidade e complexidade das necessidades consideradas. Trata-se sobretudo, de providenciar uma panóplia de serviços e apoios a todos os alunos que sintam dificuldades específicas no seu percurso escolar de forma a facilitar o seu desenvolvimento curricular, pessoal, emocional, social e profissional. Estes serviços devem ser pluridisciplinares e actuar de forma transversal, de forma a facilitar a aprendizagem e a assegurar a estabilidade de todas as esferas que influenciam o bem-estar e qualidade de vida individual.

Neste sentido as escolas deparam-se com desafios cada vez mais exigentes e têm vindo, progressivamente, a organizar-se de forma a incluir todas as crianças em idade escolar. Contudo, é imprescindível que, face às características destes alunos, se assuma que os processos de inclusão implicam sistemas de financiamento que deverão ser ajustados aos objectivos e necessidades de cada escola mediante os alunos que acolhe, sendo forçoso reconhecer que «por via do financiamento podem ser induzidos comportamentos e práticas.» (Gabinete da Ministra, 2005: 8)

Será pertinente para a análise em questão, consultar os dados dos Censos 2001 relativos à população com deficiência, nos quais se averigua que em Espinho existia na altura, um total de 1758 pessoas com deficiência residentes no concelho, das quais 52,8% são homens. Ao analisarmos o número de pessoas por escalão etário, denotamos uma tendência para diminuir significativamente o número de pessoas nas faixas etárias mais jovens. Considerando que este comportamento se observa em todos os tipos de deficiência (Auditiva, Visual, Motora, Mental, Paralisia Cerebral e Outra Deficiência) julgamos poder atribuir esta propensão aos inúmeros avanços no domínio da ciência médica, da saúde e da informação, que possibilitam a prevenção e atribuem uma maior qualidade de vida aos cidadãos. Por outro lado, salvasse-se que algumas deficiências são contraídas ao longo da vida, não estando presentes à nascença.

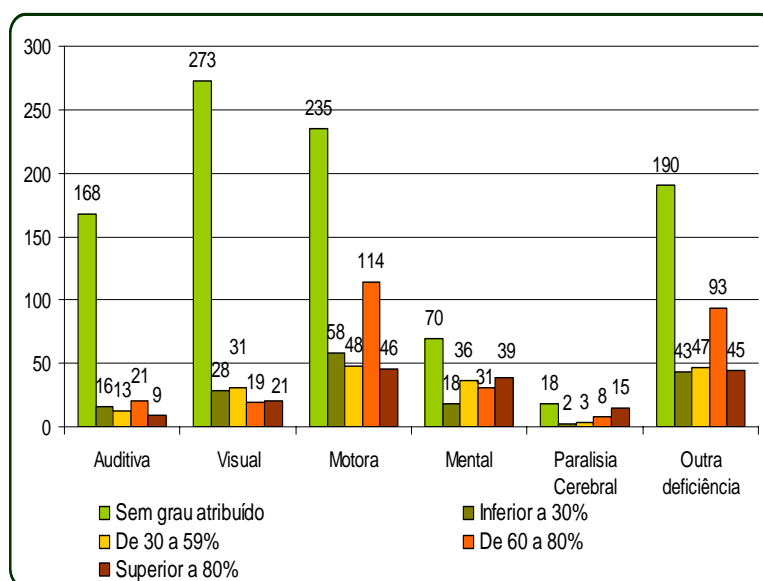
Gráfico nº 59
Número de Pessoas Deficientes Residentes em Espinho, segundo o Escalão Etário



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Gráfico nº 60

Número de Pessoas Deficientes Residentes em Espinho, segundo o grau de incapacidade atribuído



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Quanto ao tipo de deficiência verificamos que 28,5% das pessoas são 'deficientes motores' (501 pessoas), 24,3% são classificados como 'outra deficiência', seguindo-se a 'deficiência visual' com 21,2%, a 'deficiência auditiva' com 12,9%, ao passo que a 'deficiência mental' está presente em 11% da população e a 'paralisia cerebral' em 2,6%.

Será ainda importante analisar a integração da população com necessidades especiais no mercado de trabalho. No que respeita a este indicador, observamos que do total de pessoas residentes com deficiência com 15 e mais anos (1667 indivíduos) apenas 30,5% tem actividade económica, salientando-se que destes, 12% estão desempregados. Note-se, por outro lado, que 67,8% das pessoas com actividade económica são homens. Estes dados confirmam as dificuldades na transição para a vida activa das pessoas com deficiência e enfatizam a influência do género já que se constata uma notória discriminação dupla – ser mulher deficiente.

A Agência Europeia para o Desenvolvimento nas Necessidades Educativas Especiais calcula que a percentagem de desemprego nesta população seja duas a três vezes superior à restante população. (2002: 12). Diversas organizações como a OCDE (1997), a ILO (1998) ou a UNESCO (1994) têm vindo a chamar a atenção para a prevalência das taxas de insucesso e abandono escolar, bem como das desigualdades de acesso ao mercado em pessoas com NEE, incentivando-se ao reforço das medidas de transição que implica por seu turno, uma cooperação estreita entre a educação e o mercado de trabalho.

A análise diagnóstica de carácter quantitativo do sistema de ensino permite comparar os dados para todos os estabelecimentos de ensino referentes aos últimos três anos lectivos, constatando-se um aumento gradual do número de alunos com NEE tanto no global dos dois agrupamentos, como nas escolas secundárias. No ano lectivo de 2006/2007, existiam 145 alunos integrados no âmbito da Educação Especial, 134 dos quais nos estabelecimentos regulares de ensino e 11 na CerciEspinho. (tabela nº 95)

Tabela nº95

Evolução do Número de Alunos com Necessidades Educativas Especiais entre 2004 e 2006, segundo o Grau de Ensino e o Estabelecimento de Frequência

Estabelecimento de Ensino		Ano Lectivo			Total	
		2004/05	2005/06	2006/07		
Agrupamento das Escolas Domingos Capela	Pré-Escolar	JI da Marinha	-	-	1	1
		JI da Quinta da Marinha	-	-	3	3
		JI Quinta da Seara	-	-	1	1
		Centro Social de Paramos	-	-	1	1
	1º CEB	E B 1 da Corredoura	1	5	1	7
		E B 1 da Bouça	2	4	5	11
		E B 1 da Lomba	2	7	3	12
		E B 1 da Marinha	3	7	6	16
		E B 1 da Quinta da Marinha	2	4	2	8
		E B 1 da Quinta da Seara	4	5	5	14
2º/3º CEB	E B 1 Calvário	2	6	6	14	
	E B 2 3 Domingos Capela	4	-	14	18	
Total		20	38	48	106	
Agrupamento das Escolas Sá Couto	Pré-escolar	JI da Anta 1	-	-	1	1
		JI da Anta 3	-	-	1	1
		JI de Guetim	-	-	1	1
		JI de Esmojães	-	-	3	3
		JI de Espinho 2	-	-	2	2
		JI de Espinho n.º 3	-	-	1	1
		Centro Infantil de Espinho II	-	-	5	5
	1º CEB	E B 1 de Anta 1	4	8	4	16
		E B 1 de Anta 1 - UIE	-	-	6	6
		E B 1 de Anta 2	-	-	1	1
		E B 1 de Guetim	3	-	2	5
		E B 1 de Espinho n.º 1	1	-	-	1
		E B 1 de Espinho n.º 2	5	-	10	15
	2º/3º CEB	E B 1 de Espinho n.º 3	2	-	3	5
SAP		5	-	-	5	
E B 2 3 Sá Couto		-	-	14	14	
Total		20	8	54	82	
Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira	3º Ciclo	3	3	4	10	
	Secundário	8	7	7	22	
Total		11	10	11	32	
Escola Secundária Dr. Manuel Gomes Almeida	3º Ciclo	3	7	6	16	
	Secundário	8	10	15	33	
Total		11	17	21	49	
Total NEE Escolas		62	73	134	269	
CerciEspinho		7	11	11	29	
Total – Ensino Regular + Escolas Especiais		69	84	145	298	

Fonte: Dados fornecidos pelos estabelecimentos de ensino.

Refira-se desde já que nem todas as escolas da rede pública, tanto do pré-escolar como do 1º Ciclo, têm alunos com NEE. Os alunos são usualmente encaminhados para as escolas com melhores condições para as receber. No entanto, dos 11 jardins-de-infância da rede pública apenas 2 estão nesta situação (sem qualquer aluno) – Jardim-de-infância de Anta n.º 2, Jardim-de-infância da Lomba. Ao nível do 1º Ciclo são 4 de um total de 17, as escolas sem apoio educativo especial – a EB 1 do Monte do Agrupamento Domingos Capela e as escolas de Anta n.º 3, Idanha e Esmojães, do Agrupamento Sá Couto.

No que concerne ao número de alunos segundo o nível de ensino verificamos que o 1º Ciclo é de todos, aquele que compreende um maior número de alunos com NEE (54) seguido pelo 2º e 3º Ciclos (38), pelo secundário (22) e finalmente o pré-escolar com 20 crianças com NEE.

Fazendo a avaliação da procura ao nível da rede pré-escolar constata-se que é o Agrupamento Sá Couto o que tem um maior número de alunos sendo todavia, pouco significativa a diferença para o Agrupamento Domingos Capela (14 e 6 alunos respectivamente). O Centro Infantil de Espinho II é a escola com um maior número de alunos (5), seguido pelo jardim-de-infância da Quinta da Marinha e Esmojães, ambos com um total de 3 crianças. No que concerne ao 1º Ciclo, os Agrupamentos Domingos Capela e Sá Couto têm respectivamente 28 e 26 inscrições, sendo as escolas Anta n.º 1 e Espinho n.º 2 (do Agrupamento Sá Couto) e as escolas da Marinha e Calvário (do Agrupamento Domingos Capela) que sobressaem – as primeiras com 10 alunos cada e as segundas com 6 matrículas. Por último e relativamente ao ensino secundário, registe-se que a Escola Dr. Manuel Gomes Almeida se destaca claramente com 21 alunos, e a Escola Dr. Manuel Laranjeira com 11 jovens.

Esclareça-se que na tabela acima, distinguimos a Unidade de Intervenção Especial (UIE) da Escola de Anta n.º 1 que permite à escola estender o apoio que presta a crianças com deficiências profundas em idade escolar. Esta unidade tem como princípio subjacente proporcionar o convívio e contacto com outras crianças das turmas regulares, de forma a melhorar a socialização dos alunos integrados. A sala dispõe de equipamentos especiais, computadores, quartos de banho adaptados a deficientes, rampas de acesso, entre outros e conta com o apoio de uma professora especializada e três auxiliares.

Foi-nos possível obter o tipo de deficiência/dificuldade dos alunos por estabelecimento de ensino no ano lectivo de 2006/2007, muito embora, não para a totalidade dos alunos – dos 138 inscritos apenas obtivemos a correspondência da categoria para 103 educandos. A análise da tabela 6 em anexo, permite-nos concluir que a maioria dos alunos tem

'Dificuldades de Aprendizagem' (20), seguido pela 'Deficiência Mental' (17), 'Problemas Emocionais e da Personalidade' (9), 'Comunicação, Fala e Linguagem' e 'Saúde Física' (8 cada) e 'Paralisia Cerebral' (7), enquanto os restantes tipos de NEE não abrangem um número superior a 5 alunos. (tabela nº96)

Tabela nº 96

Número de alunos com NEE por tipo de Necessidade Educativa Especial, segundo o grau de ensino em 2006/2007

Necessidade Educativa Especial	Grau de Ensino				
	Pré-escolar	1º Ciclo	2º e 3º Ciclo	Secundário	
Atraso de Desenvolvimento Global	2	1	---	---	
Atraso de Desenvolvimento Psicomotor (A.D.P.)	3	---	---	1	
(A.D.P.) com perturbação específica de linguagem	1	---	---	---	
Atraso de Desenvolvimento; Epilepsia	1	---	---	---	
Autismo	---	1	---	---	
Comunicação, Fala e Linguagem	1	2	3	2	
Deficiência Auditiva	1	---	---	---	
Deficiência Mental	---	10	6	1	
Deficiência Motora	---	---	1	1	
Deficiência Visual	---	1	1	2	
Dificuldades de Aprendizagem	---	3	6	1	
Dislexia	---	1	2	7	
Domínio Cognitivo	---	---	1	---	
Emocional e da Personalidade	1	3	3	2	
Hiperactividade	---	1	1	1	
Hemiparesia Direita	---	---	1	1	
Multideficiência	2	2	---	---	
Paralisia Cerebral	2	4	---	1	
Perturbação Específica de Linguagem / Emocional e Personalidade	1	---	---	---	
Problemas de Comportamento	---	---	---	1	
Saúde Física	1	3	3	1	
Síndrome de Turner	---	---	1	1	
Síndrome de Asperger	---	---	2	---	
Em Observação	---	---	1	---	
Total		32	32	23	

Fonte: Dados fornecidos pelos estabelecimentos de ensino

Se examinarmos por nível de ensino e com o intuito de prospectar necessidades futuras, reparamos que a maioria dos alunos que frequentam o ensino pré-escolar tem 'Atraso de Desenvolvimento' (8) sobretudo de ordem psicomotora (5). Segue-se a 'Paralisia Cerebral' (2), enquanto as restantes categorias - 'Deficiência auditiva', 'Comunicação, Fala e Linguagem', 'Saúde Física', 'Emocional e da Personalidade', 'Multideficiência', 'Perturbação Específica da linguagem/Emocional e Personalidade', contam cada uma com um caso. Salvaguarde-se que dos 22 alunos que frequentam este grau de ensino, apenas auferimos o tipo de NEE em 16 casos.

No 1º Ciclo por seu lado, ressalta a Deficiência Mental (10), seguida pela Paralisia cerebral (4) e as Dificuldades de Aprendizagem (4), ao passo que no 2º e 3º Ciclo sobressaem as Dificuldades de Aprendizagem (8) e a Deficiência Mental (6). Também no ensino secundário predominam sobretudo as Dificuldades de Aprendizagem (8), enquanto as restantes categorias representam apenas entre 2 a 1 caso.

À semelhança do que se tem verificado em diversos domínios de intervenção do 'Estado-Providência Keynesiano', também no campo das necessidades educativas especiais a sociedade civil tem assumido um papel preponderante, enquanto parceira estratégica das escolas, passível de contribuir com uma intervenção diferenciada e complementar, que permite colmatar as vulnerabilidades sentidas pelos estabelecimentos escolares no âmbito de valências técnicas especializadas.

Como referido anteriormente, a LBSE admite o seu processo em instituições específicas consoante as necessidades de acompanhamento, o tipo e o grau de deficiência da criança/jovem. As condições de acesso, frequência e apoios financeiros para associações e cooperativas sem fins lucrativos de educação especial são reguladas pelas Portarias n.º 1095/95 e 52/97. As portarias n.º 1102/97 e 1103/97 regulam as parcerias entre as instituições e as escolas e estabelecem os referenciais de qualidade para a prestação dos serviços.

As instituições especializadas, CERCI's e outras associações estão sem dúvida, na linha da frente no que concerne ao apoio na Educação Especial - no território nacional existem cerca de 122 instituições que apoiaram no ano lectivo 2003-2004, um total de 2.970 alunos com necessidades educativas especiais.

Contudo, ao abrigo das orientações que consagram como primeiro recurso para a Educação Especial os estabelecimentos regulares de ensino, as CERCI, APPACDM e Colégios Especializados têm visto nos últimos anos, a sua acção restringida e mais

direccionada para a deficiência moderada e profunda, cujas características implicam uma multiplicidade de recursos e especialização de apoios que as escolas não estão preparadas para assegurar. Não obstante os serviços actualmente prestados, e na sequência do recuo nas competências do terceiro sector observa-se uma falta de apoio adequado a que fica votada uma percentagem significativa da população com NEE cujas características se enquadram sobretudo, nas categorias B (Dificuldades) e C (Desvantagens) propostas pela OCDE.

Correia (s. d.) argumenta que a análise das taxas de prevalência em Portugal é controversa face às metodologias utilizadas e alega que o número de pessoas com NEE deverá situar-se entre os 10% e os 12% da população. Segundo os cálculos deste autor, 48% dos alunos com NEE têm Dificuldades de Aprendizagem, 22% Problemas de Comunicação, 14% Deficiência Mental, 10% Problemas de Comportamento e 6% Outros. O autor estima ainda, que cerca de 5% a 12% são alunos sobredotados, enquanto o número de alunos em risco educacional se situa entre os 10% e os 20%.

Esta perspectiva é corroborada ao nível local, verificando-se que a par de uma elevada incidência das 'Dificuldades de Aprendizagem' no total de alunos com NEE, as perspectivas técnicas auscultadas junto dos profissionais especializados mostram que uma das suas maiores preocupações se prende precisamente com o apoio e acompanhamento dos alunos com NEE de carácter temporário, que apesar de constituírem a maioria desta população, não são considerados ao abrigo do ensino especial que, na prática, dá prioridade às NEE de carácter permanente/prolongado. Estes alunos os 'filhos de ninguém'³⁹, demonstram dificuldades de aprendizagem acentuadas e conseqüentemente, elevadas taxas de insucesso, verificando-se em muitos casos que a longo prazo e face à falta de resposta atempada e adequada, o que inicialmente é diagnosticado como temporário dá lugar ao permanente, levando-os ou a situações em que têm mais tarde que ser integrados como alunos com NEE prolongadas ou a situações de abandono escolar.

As escolas locais e apesar dos esforços diligenciados, demonstram uma manifesta incapacidade tanto ao nível do diagnóstico precoce, como para acudir com tempo e qualidade a todos os casos identificados. Refira-se ainda a este propósito, que Correia (2006) estima que entre 6,24% e 8,24% dos alunos com NEE em Portugal não são apoiados e que só uma concertação e optimização dos recursos existentes nas comunidades podem facilitar o processo de acolhimento e acompanhamento educativo de todos os cidadãos.

³⁹ - Expressão 'filhos de ninguém' foi utilizada pelas professoras numa reunião ao referirem a falta de apoios a que estão votados estes alunos que não sendo apoiados ao abrigo do ensino especial, não dispõem de qualquer tipo de apoio especializado.

Quanto aos recursos humanos especializados constatamos que em 2006/2007 existem cerca de 11 docentes afectos ao concelho, sete dos quais constituem o grupo de ensino especial do Agrupamento Sá Couto (3 docentes pertencem ao quadro da escola, outros 3 foram destacados este ano face às necessidades com que o agrupamento se defronta e 1 professora está afectada à Intervenção precoce, dando apoio aos Centros Infantis Espinho I e Espinho II, ao jardim-de-infância Fungagá e ainda, no âmbito do apoio domiciliário) 3 do Agrupamento das escolas Domingos Capela, enquanto a Escola Secundária Dr. Manuel Gomes Almeida tem 1 docente afecto. Na Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira não existe nenhum professor especializado, já que os alunos não estão enquadrados nem num programa curricular alternativo, nem num currículo escolar próprio. Assim, tem sido a psicóloga afectada à escola que coordena o processo dos alunos com NEE, em colaboração com os Directores de Turma com o intuito de prestar um apoio continuado e adequado aos alunos.

Por fim, aludimos à equipa de coordenação dos apoios educativos existente no concelho desde 1991 e extinguida no ano lectivo 2006/2007, constituída por professores especializados, que localizada na Escola Básica de Espinho n.º 2 movimentava-se num âmbito de actuação concelhio. O grupo tinha a seu cargo a mediação da educação, com os serviços de saúde, segurança social e autarquias, o desenvolvimento de acções de intervenção precoce, bem como de facilitação do processo de transição para a vida activa e intervenção nas comunidades. Competia ainda a este órgão colaborar e apoiar os órgãos de gestão e coordenação pedagógica das escolas, na análise e determinação das necessidades educativas especiais e propostas de organização dos respectivos apoios.

A análise das condições escolares locais de qualidade e bem-estar dos alunos com necessidades educativas especiais, demonstra que ainda existe um longo caminho a percorrer no que concerne a adaptação das escolas às especificidades dos alunos com NEE. As principais vulnerabilidades relacionam-se com problemas de raiz que sem uma solução a longo prazo, determinam a permanência das desigualdades no acesso de todos os cidadãos ao ensino com qualidade. Nem todas as escolas têm as infra-estruturas adaptadas a alunos com dificuldades de mobilidade e nenhuma dispõe de todos os equipamentos, materiais e recursos humanos especializados de modo a responder efectivamente com qualidade às necessidades com que se deparam.

Na tabela nº97 inventariamos as condições necessárias a implementar segundo o estabelecimento de ensino/agrupamento escolar, na qual observamos que uma parte importante das melhorias a promover remetem para alterações das infra-estruturas que

implicam a eliminação de todas as barreiras arquitectónicas nas escolas. Refira-se ainda, que o Agrupamento Domingos Capela tem um projecto para a criação de Centro Escolar em Paramos que prevê de raiz, todas as adaptações arquitectónicas necessárias ao bem-estar dos alunos com NEE, desde casas de banho adaptadas, rampas ou elevadores.

Por outro lado, é necessário ter em mente que comparativamente com o total da população escolar, o número de alunos com NEE é reduzido e se algumas escolas tiverem completamente equipadas para acolher estes alunos, não será indispensável proceder a obras em todos os estabelecimentos de ensino, podendo os alunos ser encaminhados consoante as suas necessidades específicas, desde que se tenha em mente os critérios de facilitação da acessibilidade às escolas.

Quanto ao material de apoio apuramos que a maioria das carências se prende com a disponibilidade de material informático especializado que pode facilitar decisivamente, o processo de aprendizagem a alunos portadores de deficiência. De forma geral, os apoios da DREN vão colmatando as necessidades de equipamentos e materiais adequados no entanto, nem todos os materiais estão disponíveis ou chegam em tempo útil, tendo-se inclusive detectado situações em que os alunos não têm condições mínimas de bem-estar colocando-se seriamente em risco a qualidade do seu ensino e em última análise, da sua vida.

Considerando que em todos os anos lectivos existem alunos com NEE diferenciadas, as escolas não necessitam obviamente dos mesmos materiais e equipamentos todos os anos. Usualmente os recursos são remetidos à DREN sendo requisitados mediante as necessidades com que se vão defrontando. Este processo torna-se por vezes, moroso e desajustado e o conjunto dos profissionais propõem que seja criado um banco de ajudas técnicas local que armazene no concelho, os materiais e equipamentos das escolas e os vá distribuindo consoante as necessidades e de forma atempada, no início de cada ano lectivo, estabelecendo inclusive parcerias com os concelhos limítrofes.

Tabela nº97

Levantamento dos Materiais de Apoio e Equipamentos Necessários a Adquirir segundo o Estabelecimento de Ensino/Agrupamento, em 2006/2007

Estabelecimento de Ensino	Material de Apoio	Equipamento
Agrupamento das Escolas Sá Couto	- Recursos informáticos facilitadores do processo educativo em salas em que existam alunos com NEE – computador, impressora normal/Braille, acesso à Internet.	- Equipamento específico para o acesso dos alunos com incapacidades motoras aos andares superiores das escolas (lagarta, tractorinos, elevadores). - Banco de mudas. - Assento de banho para W.C. - Equipamentos de psicomotricidade para alunos com deficiências severas. - Alterações de manípulos das torneiras do W.C. e autoclismo. Infra-estruturas adaptadas em todas as escolas para alunos com dificuldades de mobilidade (invisuais ou deficientes motores que se tenham que deslocar em cadeira de rodas). Do agrupamento apenas 3 das 10 Escolas (escolas do 1º ciclo e do 2º e 3º ciclo) – Escola E. B. Anta 1; Escola E. B. Espinho 3; Escola E. B. 2/3 Sá Couto – possuem rampas e W.C. adaptados.
Agrupamento das Escolas Domingos Capela	- Recursos informáticos para algumas escolas do 1º ciclo e pré-escolar do Concelho que apresentam grande carência de material informático. Aquisição de 3 computadores portáteis para as professoras de Educação Especial do Agrupamento, podendo assim essas professoras (três) que se movimentam por mais de duas escolas ter como recurso 1 computador para trabalho directo com os alunos sinalizados em educação especial.	
Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira	-----	- Instalação de rampas e corrimões em vários locais da escola e aquisição de um tractorino.
Escola Secundária Dr. Manuel Gomes Almeida	- 1 Impressora de Braille para alunos com deficiência visual. - 1 Quadro Panaboard para alunos com paralisia cerebral/ deficiência visual. - 1 Processador de voz para Invisuais. - 1 Computador com software adaptado a alunos com deficiência visual.	- 2 Casas de banho adaptadas para alunos com paralisia cerebral e deficiências motoras nos outros pavilhões. - Obras na construção de novas rampas de acesso aos pavilhões / elevador no bloco A3.

Fonte: Dados fornecidos pelos estabelecimentos de ensino

Por outro lado é inadiável fazer uma aposta sólida nas infra-estruturas, equipamentos, materiais e recursos humanos que influenciam decisivamente para além da qualidade do ensino prestada, a qualidade de vida do aluno que deve ser sempre entendido como um sujeito de direitos que têm que ser garantidos.

IV.2.1. - Terceiro Sector

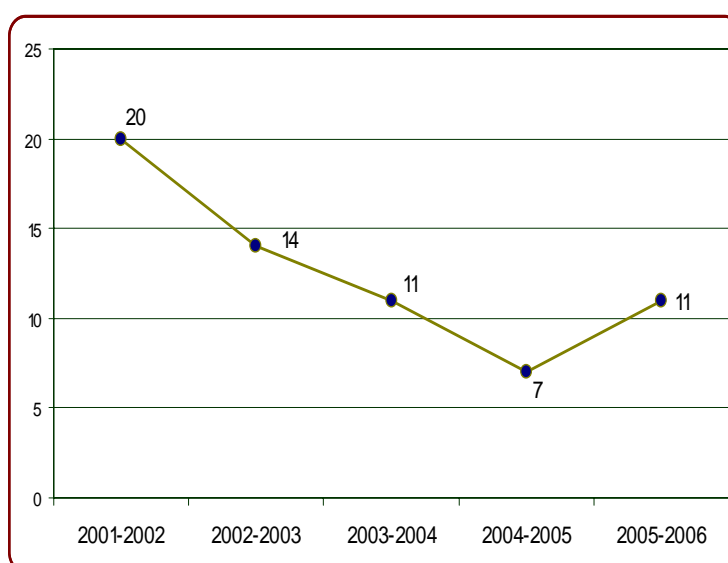
A CerciEspinho é a única instituição concelhia que actua no domínio da educação especial, promovendo respostas diferenciadas e complementares, que oferecem apoio e acompanhamento integral de pessoas com necessidades especiais nas diferentes fases da sua vida. A entidade promove serviços no âmbito da educação e da formação especial, bem como, actividades ludico-pedagógicas, o apoio na transição para a vida activa e ainda, serviços de apoio especializados em situações de dependência e envelhecimento (Centro de Dia e Unidade Residencial).

No âmbito da educação, a instituição tem vindo a articular de forma estreita com ECAE de Espinho, em termos do processo de encaminhamento e integração dos alunos que frequentavam as escolas regulares com necessidades educativas específicas, na CerciEspinho.

A evolução do número de alunos acompanhados pela instituição reflecte as recentes alterações acima referidas, evidenciando-se entre 2002 e 2004 um decréscimo significativo da população-alvo. A instituição considera que neste momento o número de pessoas acompanhadas estabilizou e manter-se-á no futuro, assegurando-se a capacidade de resposta no âmbito da educação especial.

Gráfico nº61

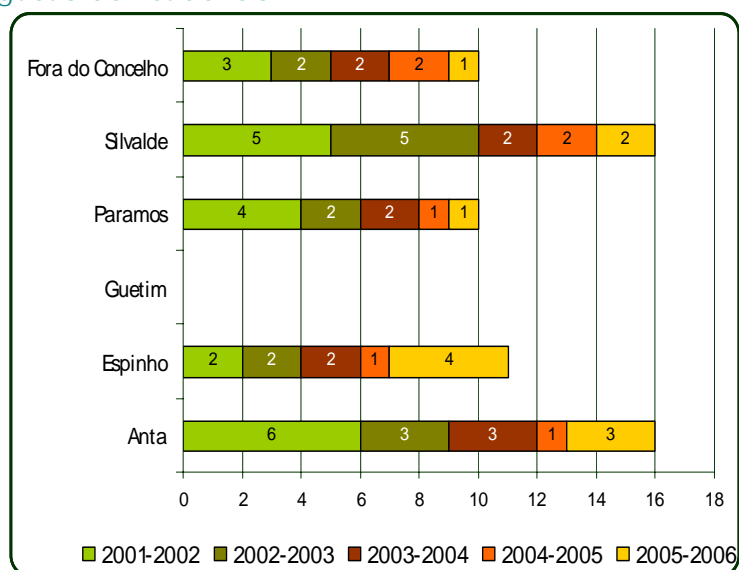
Evolução entre 2001 e 2005, do número de Alunos com Necessidades Educativas Especiais inscritos na CerciEspinho.



Fonte: Dados fornecidos pela CerciEspinho

Gráfico nº62

Evolução do número de Alunos com Necessidades Educativas Especiais entre 2001 e 2005, segundo a Freguesia de Residência



Fonte: Dados fornecidos pela CerciEspinho

A caracterização sociodemográfica da população demonstra a preponderância do género feminino, em todos os anos lectivos analisados, concluindo-se que desde 2001-2002 até hoje, existe uma notória minoria masculina a frequentar a educação especial – 46 mulheres e 17 homens. Estes dados revelam-se curiosos na medida em que os resultados dos Censos 2001 demonstram que os homens representam cerca de 52,8% do total da população com deficiência e 58,4% das pessoas cujas faixas etárias se situam entre os 10 e os 19 anos. Os homens são também a maioria em todos os graus de incapacidade, excepto no caso ‘sem grau atribuído’ (49,5%).

Se no início predominavam alunos com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, nos anos lectivos mais recentes assistimos a um aumento progressivo do número de alunos entre os 10 e os 14 anos que no último ano representam a maioria de educandos.

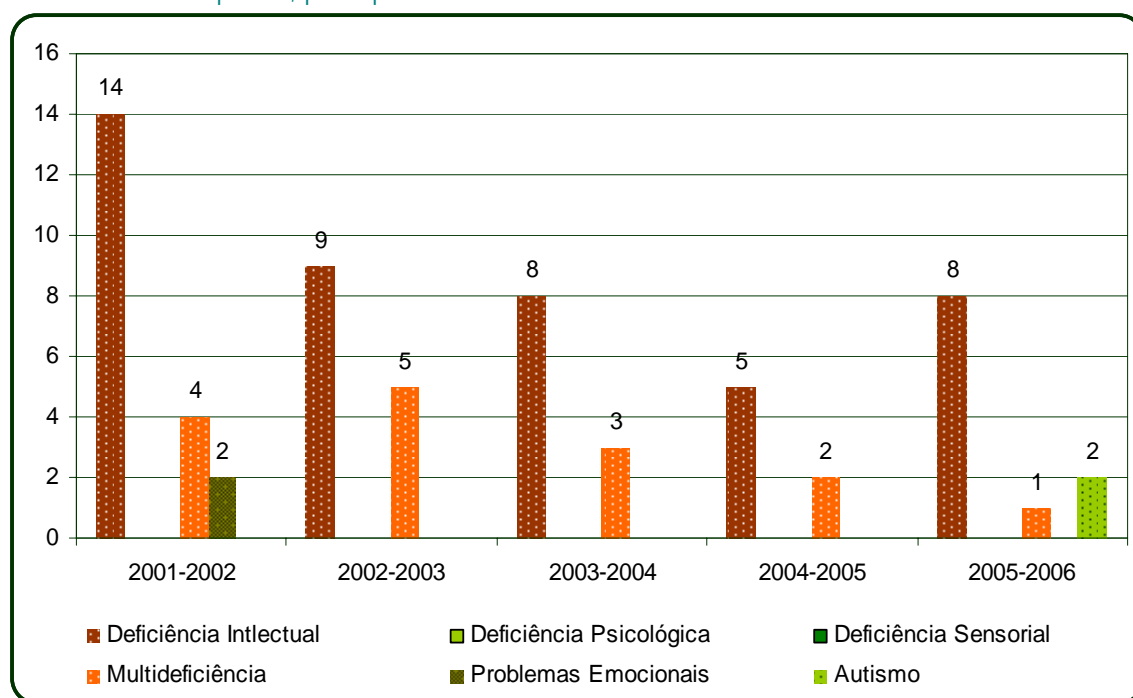
Quanto à freguesia de residência dos alunos registamos que a maioria mora nas freguesias de Anta e Silvalde, verificando-se um crescimento das situações provenientes da freguesia Espinho e a ausência de população de Guetim.

A análise dos alunos acompanhados segundo o tipo de NEE reflecte mais uma vez, as competências da instituição previstas ao abrigo da alínea a) da portaria n.º 1102/97 transmitindo uma clara preponderância de situações de Deficiência Intelectual e Multideficiência, ressaltando-se no entanto, que no decorrer do último ano apenas uma pessoa se encontra nesta última condição e integraram esta valência, pela primeira vez nos últimos 5 anos, dois casos de autismo.

A Cerciespinho realiza, desde 2002, uma intervenção no âmbito da alínea b) da portaria 1102/97 -o projecto " Sucesso na Transição" que tem como objectivo fundamental proporcionar uma resposta aos alunos com NEE permitindo, no âmbito de um processo formativo global e funcional, criar e desenvolver estruturas mentais funcionais e vocacionais, através de actividades de carácter pré-profissional, fomentando o delinear de um projecto de vida profissional de acordo com os interesses e capacidades individuais. Visa, ainda, funcionar como um complemento ao currículo escolar do ensino regular colmatando necessidades e promovendo respostas adequadas às características e necessidades dos alunos. Tem como finalidade prevenir o abandono escolar, fomentar a conclusão da escolaridade obrigatória e facilitar o acesso à formação e qualificação profissional.

Gráfico nº63

Evolução entre 2001 e 2005, do número de Alunos com Necessidades Educativas Especiais inscritos na CerciEspinho, por Tipo de Deficiência



Fonte: Dados fornecidos pela CerciEspinho

A intervenção realizada tem em conta a situação sócio familiar, o percurso escolar e as motivações e interesses dos jovens que, após um período inicial de contacto com as diferentes áreas de formação profissional existentes são integrados na área da Carpintaria, Serralharia, Tapeçaria, Jardinagem, Lavandaria e Costura. Realizaram, ainda, actividades como Expressão dramática, TIC, Desporto e Artes Plásticas conforme as necessidades e interesses.

A metodologia base da intervenção centra-se no jovem e suas especificidades resultando em planos educativos variados e com objectivos individuais específicos. Deste modo, a frequência dos alunos e as actividades realizadas variaram entre algumas tardes por semana, em actividades oficiais de pré-profissionalização, em dias completos e a tempo inteiro com outras actividades -T.I.C., Expressão Plástica, actividades da vida diária, participação em actividades desportivas e em passeios realizados, entre outras. Este facto traduz primariamente, a variação na maturidade psicológica e física e a adequação da intervenção a estas condicionantes.

Desde 2002 foram integrados neste projecto mais de 50 alunos, com idades entre os 13 e os 22 anos, tendo a maioria integrado a formação profissional para pessoas com deficiência. Estes alunos são provenientes dos Agrupamentos Sá Couto e Domingos Capela mas também da EB2/3 de Argoncilhe, Liceu Colegial de St^a M^a de Lamas e Escola EB 2/3 Sofia Mello Breyner traduzindo-se numa resposta supra-concelhia.

A análise qualitativa das perspectivas institucionais e técnicas no domínio da educação especial cooperativa concelhia, revela que a principal vulnerabilidade institucional se centra na ausência de competências para a certificação escolar destes alunos, que cabe exclusivamente às escolas. No caso dos alunos com deficiência moderada e face aos factores que os condicionam, as escolas passam usualmente um certificado de frequência do ensino obrigatório mas não da sua conclusão. Ora, se é verdade que a maioria dos alunos não consegue adquirir as competências teóricas exigidas para a certificação do 9º ano, também é válido que aqueles que têm deficiências intelectuais moderadas conseguem apreender práticas profissionais que lhes permitem exercer plenamente funções em determinados postos de trabalho. A não certificação escolar do 9º ano dificulta a sua integração no mercado, já que mesmo com um certificado de formação especial, não podem ser acolhidos em empresas precisamente por não deterem a escolaridade obrigatória.

Por outro lado, em relação a pessoas com deficiência profunda, a avaliação tem necessariamente que se adaptar a cada caso, já que os avanços são muitas vezes ao nível da aquisição de competências básicas e pessoais e que estas devem também ser alvo de certificação. Assim, à semelhança do que acontece no domínio da formação que permite às diferentes entidades certificar tanto a profissionalização como a escolarização, na educação especial este processo deveria também estar a cabo das instituições especializadas que actuam nesta área e que acompanham diariamente os alunos.

A análise da procura e da oferta no âmbito da área educativa e formativa denota a capacidade de resposta da instituição, com possibilidades de aumentar o número de apoios actuais se necessário, ao contrário do Centro de Actividades Ocupacionais que claramente, não responde às necessidades detectadas junto da população.

Tabela nº 98

Avaliação da Capacidade de Resposta da CerciEspinho a Alunos com Necessidades Educativas Especiais no ano lectivo 2006/2007

	Ensino Especial	Formação para pessoas com deficiência	Centro de Actividades Ocupacionais
Capacidade	20	60	55
Frequência	12	46	65

Fonte: Dados fornecidos pela Instituição

Para além da certificação escolar, as necessidades detectadas a nível interno situam-se ao nível dos equipamentos especificamente, em termos da criação de uma sala de *snoozelen* que permite a estimulação sensorial e o relaxamento. Relativamente à comunidade educativa, a instituição coloca a tónica no reforço da rede local de parcerias e na diligência de processos de (in)formação dos profissionais, famílias e comunidade.

A educação não se restringe aos alunos e professores, mas abarca uma plêiade de actores, abrangendo para além da comunidade educativa, toda a sociedade civil e os diferentes sectores de actuação (saúde, serviço social, emprego). No caso da Educação Especial e dos seus públicos-alvo, as acções de educação têm necessariamente de ser acompanhadas pela consciencialização que as atitudes e os recursos influenciam decisivamente as oportunidades de sucesso destes alunos para se tornarem cidadãos autónomos e produtivos.

Tabela nº99
Número de Alunos com NEE por Tipo de Necessidade Educativa Especial, Sexo e segundo o Estabelecimento de Ensino em 2006/2007

Sexo	Estabelecimento de Ensino	Total		Agrupamento das Escolas Domingos Capela		Agrupamento das Escolas Sá Couto		Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira		Escola Secundária Dr. Manuel Gomes Almeida	
		Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	Atraso de Desenvolvimento Global	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-
	Atraso de Desenvolvimento Psicomotor (A.D.P.)	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1
	A.D.P. com perturbação específica de linguagem	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	Atraso de Desenvolvimento / Epilepsia	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
	Aufismo	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	Défice Cognitivo	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
	Comunicação, Fala e Linguagem	8	2	-	2	3	1	-	-	-	-
	Deficiência Auditiva	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-
	Deficiência Mental	17	4	1	6	1	5	-	-	-	1
	Deficiência Motora	2	-	-	-	1	1	-	-	-	-
	Deficiência Visual	3	-	1	-	1	-	-	-	1	1
	----	6	1	1	2	1	2	-	-	-	-
	Dificuldade de Aprendizagem	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
	Específica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Dislexia	12	-	-	-	-	3	-	1	2	6
	Moderadas sem diagnóstico	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-
	Emocional e da Personalidade	9	2	5	-	-	-	2	-	-	-
	Hemiparesia Direita - Atraso Desenvolvimento Intelectual	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
	Hiperactividade	3	-	-	1	1	1	-	-	-	1
	Multideficiência	4	1	1	2	-	-	-	-	-	-
	Paralisia Cerebral	7	-	1	4	-	-	-	-	1	-
	Perturbação Específica de Ling./Emocional e Personalidade	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	Problemas de Comportamento	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	Saúde Física	8	2	2	1	-	2	-	2	-	1
	Síndrome de Asperger	2	-	-	1	-	-	-	-	-	1
	Síndrome de Turner	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-
	Em observação	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	Totais	103	13	25	24	9	33	5	6	5	16
	Total Geral	103	38	83	11	21	21	11	6	5	16

IV.3 - APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Em Março do ano 2000, o Conselho Europeu de Lisboa consagrou como objectivo estratégico tornar, até 2010, a Europa comunitária «na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo capaz de um crescimento económico duradouro, acompanhado de uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de uma maior coesão social». Em 2005 este organismo relançou a Estratégia de Lisboa considerando que o conhecimento, a inovação, o investimento no capital humano e aprendizagem ao longo da vida são condições *sine qua non* para a concretização dos objectivos estabelecidos.

Está firmado o rumo europeu a tomar, partindo-se do pressuposto que o sucesso desta estratégia passa, impreterivelmente, por uma aposta inequívoca na organização e informação, com a finalidade de estimular a competitividade das empresas e dos trabalhadores. A educação e a formação são consideradas áreas motrizes do desenvolvimento e reclama-se a necessidade premente de implementar uma cultura de aprendizagem nas comunidades que privilegie, de forma constante, a qualidade e a excelência.

Neste contexto, o conceito de *Aprendizagem ao Longo da Vida* constitui um eixo estratégico de acção, definido como o processo de “aprendizagem desde a idade pré-escolar até depois da aposentação, incluindo todo o espectro da aprendizagem formal, não formal e informal (...) que decorre durante toda a vida com o objectivo de melhorar conhecimentos, proficiências e competências numa perspectiva pessoal, cívica, social e/ou associada ao emprego.” (Comissão das Comunidades Europeias: 2001, 5).

Não obstante os esforços encetados nos últimos anos e os resultados obtidos, Portugal continua a demonstrar um atraso estrutural educativo expresso pelas mais baixas taxas de escolarização no contexto europeu e pela mais alta taxa de abandono escolar precoce (que representa o dobro da média europeia). Os resultados apurados no âmbito dos Censos de 2001 revelam que 20% da população não sabe ler nem escrever enquanto a maioria - 35,1% - só possui o 1º Ciclo. O 2º Ciclo compreende uma percentagem de 12,6%, e o 3º ciclo 10,9%, enquanto 15,7% atingiu o ensino secundário e apenas 10,8% da população possui o ensino superior.

Este panorama exige uma inequívoca aposta na educação de adultos e na dupla certificação, enquanto contributo decisivo para a concretização do objectivo estratégico de qualificação dos portugueses, bem como, do designio europeu expresso na Agenda de Lisboa.

O presente capítulo, denominado 'Aprendizagem ao Longo da Vida', compreende as respostas do Ensino Recorrente, dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e da Formação Profissional. Conscientes de que a conceptualização proposta pelo Conselho Europeu é mais abrangente que a presente ramificação e atendendo, ainda, tanto aos objectivos e finalidades de cada um dos subtemas apresentados, bem como, ao teor da carta educativa (consiste num diagnóstico global e aprofundado de toda a área da Educação) consideramos esta divisão como a opção metodológica mais apropriada.

IV.3.1 - O Ensino Recorrente

O ensino recorrente, usualmente identificado como ensino de segunda oportunidade, surge como um importante recurso no desenvolvimento educativo global e no garante da política da igualdade de oportunidades, traduzindo-se numa nova via para a obtenção de um grau de escolaridade equivalente ao conferido pelo ensino regular. O conceito surge no início da década de 70, enquanto alternativa ao sistema de ensino tradicional, visando eliminar o analfabetismo, incentivar o prosseguimento de estudos e desenvolver competências escolares e profissionais.

Abrange quatro ciclos de ensino (1º, 2º e 3º ciclos e o secundário) e é organizado de forma autónoma no que respeita a condições de acesso, currículos, programas, avaliação dos alunos, garantindo-se, desta forma, a adequação do processo à população-alvo, à sua história de vida, às suas características e competências (pessoais, sociais e profissionais). Esta resposta pode ser instituída por iniciativa dos estabelecimentos de ensino público, particular ou cooperativo, ou por qualquer entidade pública ou privada, sendo livre a criação de cursos sempre que se garanta qualidade científica e pedagógica e que se assegure o conhecimento oficial. A adaptabilidade característica deste tipo de ensino possibilita o desdobramento do tipo de oferta, sobretudo, ao nível do secundário que prevê diferentes modalidades educativas. Normalmente funciona por unidades capitalizáveis construídas em torno das necessidades e potencialidades de cada aluno mas poderá, também, organizar-se por blocos capitalizáveis, por cursos gerais, científico-humanísticos, técnicos ou cursos tecnológicos.

No caso concreto de Espinho, o Ensino Recorrente abrange todos os níveis de ensino promovidos por diferentes entidades, sendo que os dois primeiros ciclos (1º e 2º) são

desenvolvidos pelo Centro de Área Educativa de Entre o Douro e Vouga/Direcção Regional de Educação (adiante designados por CAE e DREN, respectivamente) com o apoio da Câmara Municipal de Espinho que tem garantido, quer as infra-estruturas necessárias, quer o material de desgaste, bem como, o apoio de técnicos administrativos e de segurança, indispensáveis ao seu bom funcionamento. Por seu turno, o 3º ciclo e o ensino secundário têm sido assegurados pela Escola Secundária Dr. Manuel Gomes de Almeida no âmbito da rede pública de ensino e pelo Externato Oliveira Martins na esfera da rede privada.

A tabela nº100 retrata a oferta educativa local na área do ensino recorrente, averiguando-se que são promovidas diferentes modalidades de ensino consoante o estabelecimento – no CAE e na escola Gomes Almeida funciona por unidades capitalizáveis, disponibilizando esta última, uma oferta que aposta na dupla certificação. No Externato, pelo contrário, o ensino baseia-se num sistema de blocos capitalizáveis.

Tabela nº100

Oferta Concelhia na área do Ensino Recorrente segundo o Grau e Modalidade de Ensino, a Área de Especialização e o Número de Pessoas Matriculadas no ano 2005/2006

Estabelecimento	Grau de Ensino	Modalidade de Ensino	Área	N.º de pessoas matriculadas 2005/2006	
CAE	1º Ciclo	Unidades		88	
	2º Ciclo	Capitalizáveis		37	
Externato Oliveira Martins	3º Ciclo	Blocos	-----	-----	
	Secundário	Capitalizáveis		55	
Escola Secundária Dr. Manuel Gomes Almeida	3º Ciclo	Unidades		82	
		Capitalizáveis			
	Secundário	Técnicos	Informática		23
			Contabilidade		27
			Secretariado		52
			Electrotecnia		23
		Cursos Tecnológicos	Ciências Sociais		58
			Administração		39
			Electrotecnia e Electrónica		11
		Informática		16	

Fonte: dados fornecidos pelos estabelecimentos de ensino

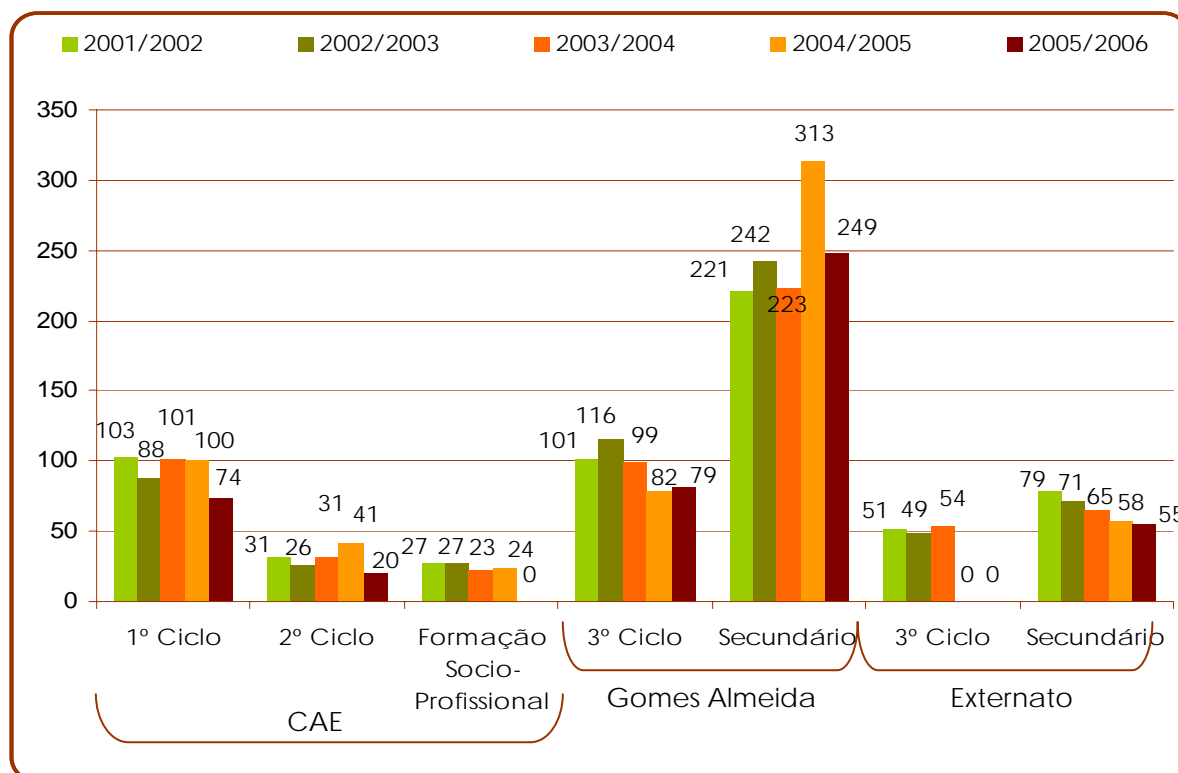
Em 2006 o Ensino Recorrente promovido pelo CAE celebrou, em Espinho, 20 anos ao serviço da comunidade, durante os quais proporcionou cursos de alfabetização que permitem aos indivíduos obter o 1º e o 2º Ciclo de escolaridade, bem como, a frequência e certificação de cursos de Formação Socioprofissional nas áreas de 'corte e costura' e 'electricidade'.

Também o Externato Oliveira Martins assegura o programa do Ensino Recorrente desde o início da sua implementação. Aliás, em 1972, a Escola promovia já uma resposta que, embora com uma designação diferente - Curso Complementar Liceal Nocturno e Curso Geral Nocturno - partilhava as mesmas finalidades e objectivos que o programa actual. Por sua vez, a escola secundária Dr. Manuel Gomes Almeida passou a dar resposta ao 3º ciclo há cerca de 14 anos (1992/1993), tendo mais tarde, no ano lectivo de 1994/1995, iniciado os cursos equivalentes ao ensino secundário.

Os dados recolhidos para os três estabelecimentos permitem-nos comparar a evolução do número de alunos inscritos nos cinco anos lectivos que medeiam 2001 e 2005. Uma rápida análise do gráfico nº64 permite, desde logo, assinalar o ensino secundário como o grau com um maior número de matrículas em todos os anos que, ao se destacar dos restantes níveis de ensino, torna visível a existência local de uma elevada taxa de abandono antecipado.

Gráfico nº64

Evolução do número total de pessoas matriculadas no Ensino Recorrente segundo o estabelecimento entre 2001 e 2004



Fonte: Dados fornecidos pelos estabelecimentos de ensino

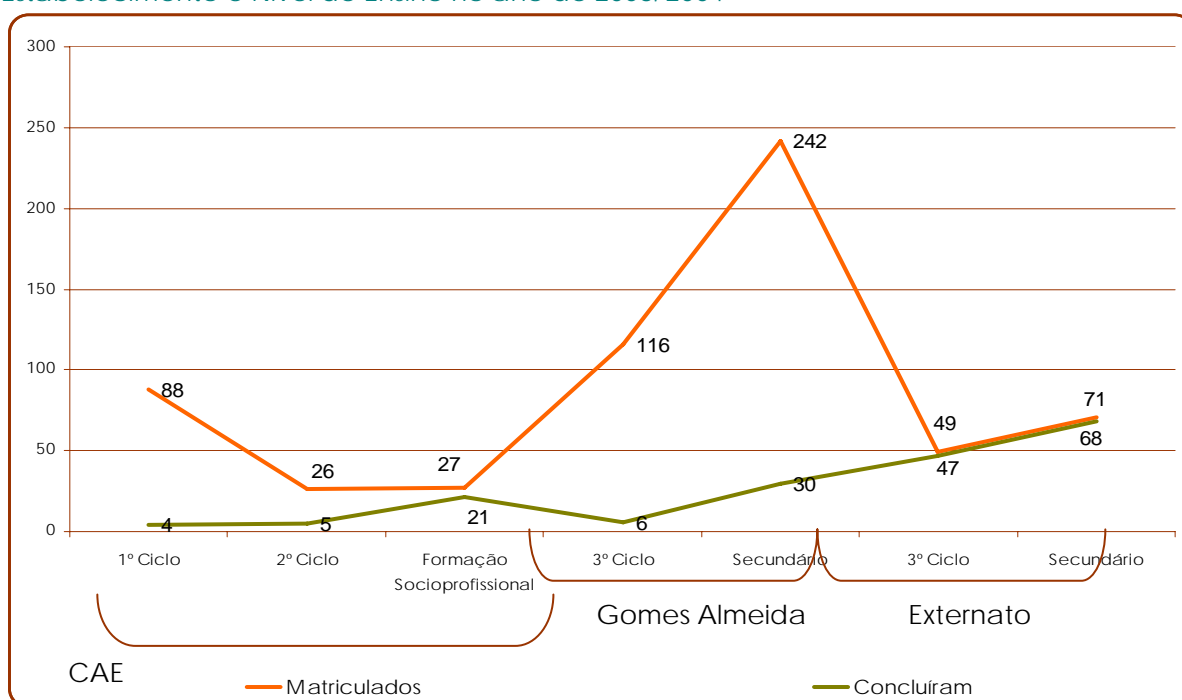
Relativamente à evolução da procura concluímos que até 2004 não se denotam grandes oscilações. O ensino secundário é, indubitavelmente, o grau com maior procura

salientando-se que em 2004/2005 existiu um aumento evidente (correspondente a quase o dobro do ano anterior) do número de pessoas inscritas na Gomes Almeida, sendo precisamente esta oscilação que mais se destaca na evolução das matrículas realizadas nos últimos anos.

No ano lectivo 2005/2006 regista-se uma quebra acentuada de alunos em todos os graus de ensino. Esta descida advém, principalmente, do facto de não terem sido promovidos, nem os cursos socioprofissionais desenvolvidos pelo CAE, nem o 3º Ciclo no Externato Oliveira Martins. Quanto a este último apuramos que nos últimos três anos lectivos não existiu procura suficiente para a constituição de turmas facto que a escola atribui, por um lado, à aposta generalizada na dupla certificação (obtenção da escolaridade obrigatória e de um certificado de formação profissional) e, por outro, ao aumento da procura do ensino pela via da rede pública.

Gráfico nº 65

Número Total de Pessoas que se Matricularam e que Concluíram com Sucesso, segundo o Estabelecimento e Nível de Ensino no ano de 2003/2004



Fonte: Dados fornecidos pelos estabelecimentos de ensino

No que respeita à relação entre o número de alunos que iniciaram e o número dos que concluíram com sucesso o ano lectivo, apenas obtivemos os dados para todos os estabelecimentos de ensino entre os anos de 2001 e 2004. Todavia, é notória a variação mediante a escola sendo evidente que no Externato Oliveira Martins as taxas de sucesso, quer no que concerne as pessoas inscritas no 3º ciclo, quer no secundário, são significativamente superiores às aferidas nos restantes estabelecimentos/entidades.

Sendo que o insucesso é característica predominante neste tipo de ensino, a escola adianta algumas considerações que permitem compreender as conclusões estatísticas. A esmagadora maioria dos alunos que frequentam o Externato estudaram já no ensino regular e têm algumas equivalências o que faz com que tenham menos disciplinas e, logo, mais facilidade em terminar com sucesso. Por outro lado, realça-se a relação de proximidade entre os professores e alunos e a possibilidade de os estudantes solicitarem aulas de apoio sempre que entenderem. Dever-se-á, também, ter em conta que a organização curricular do ensino no Externato funciona ao abrigo de uma experiência que envolve mais 8 escolas privadas do país e é delineada em blocos capitalizáveis com conteúdos predefinidos, o que imprime um ritmo mais rápido ao processo de aprendizagem (ao contrário do que acontece com as unidades capitalizáveis que são construídas e adaptadas a cada aluno, mas que dificultam o processo de aprendizagem em grupo).

Tabela nº101

Evolução do Número de Pessoas que se Matricularam no Ensino Recorrente e que Concluíram com Sucesso, segundo o Estabelecimento e Grau de Ensino entre os Anos Lectivos de 2001/02 e 2004/05.

Ano Lectivo	Sucesso	CAE de Entre o Douro e Vouga			Escola Secundária Dr. Manuel Gomes Almeida		Externato		Total
		1º Ciclo	2º Ciclo	Formação Socioprofissional	3º Ciclo	Secundário	3º Ciclo	Secundário	
2001/02	Matriculados	103	31	27	101	221	51	79	613
	Concluíram	6	5	21	6	17	49	75	179
2002/03	Matriculados	88	26	27	116	242	49	71	619
	Concluíram	4	5	21	6	30	47	68	181
2003/04	Matriculados	101	31	23	99	223	54	65	596
	Concluíram	8	8	18	3	6	52	61	156
2004/05	Matriculados	100	41	24	79	313	----	58	615
	Concluíram	7	7	21	6	46	----	54	141
Total Matriculados		392	129	101	395	999	154	273	2443
Total Concluíram		25	25	81	21	99	148	258	657

Fonte: Dados Fornecidos pelos Estabelecimentos.

Muito embora o ensino recorrente seja uma resposta de reconhecida importância que abrange uma percentagem significativa da população, a taxa de sucesso⁴⁰ da escolarização aferida nos restantes estabelecimentos que promovem este tipo de ensino – Escola Secundária Dr. Manuel Gomes Almeida e Centro de Área Educativa de Entre Douro e Vouga – pode ser considerada muito diminuta, mantendo-se sempre abaixo dos 50%. Existe no entanto, uma diferença notória entre o 1º (6,4%), o 3º (5,3%) e o Secundário (9,9%), em comparação com o 2º ciclo (19,4%), que é, de todos, aquele com um maior número de pessoas que concluíram.⁴¹

Com o intuito de assegurar uma compreensão mais aprofundada da realidade local recorreremos à complementaridade das análises e conclusões veiculadas em estudos nacionais e internacionais que permitem explicar, de forma consistente, a baixa taxa de certificação. De facto, o reduzido número de certificados atribuídos pelo ensino recorrente em relação ao número de alunos inscritos, corrobora a tendência nacional constatada pelo Ministério da Educação que alude à «inoperatividade, incapacidade de atracção e elevado défice de resultados do sistema das unidades capitalizáveis, claramente reflectidos na elevada taxa de abandono e na reduzida capitalização.» (Ministério da Educação, 2003: 9).

Na esteira de Abreu (1999), a idade dos alunos que frequentam o ensino recorrente deverá ser tida em conta no que respeita a adequação dos processos pedagógicos aos perfis da população-alvo, tal como, na análise das elevadas taxas de insucesso detectadas. As alterações anuais que se verificam no sistema de avaliação do ensino não nos permitem obter indicadores semelhantes para a totalidade da população em todos os anos lectivos. Assim, à semelhança do que acontece em outras dimensões desta análise, a recolha dos dados apenas nos permite aferir o comportamento da variável ‘idade’ para os últimos 3 anos lectivos verificando-se que a maioria das pessoas, inscritas neste período de tempo, tem entre 20 a 24 anos. Aliás 75,1% das pessoas têm entre 15 e 29 anos, concluindo-se que são sobretudo os jovens adultos que procuram conquistar maiores níveis de certificação escolar.

⁴⁰ - A taxa de sucesso foi neste caso, medida através da relação entre o número de inscritos e o número de certificados atribuídos. Saliencia-se no entanto, que mediante os dados obtidos, não é possível distinguir o número de pessoas que abandonaram do número de pessoas que ainda frequentam o ensino recorrente e não atingiram no tempo previsto, a obtenção do certificado.

⁴¹ - Não contabilizamos a formação socioprofissional promovida pelo CAE, já que a certificação não é profissionalizante ou escolar, sendo que os cursos têm um carácter de curta duração, onde predomina a componente prática. Adiantamos, contudo, que este domínio contabiliza uma percentagem de sucesso na ordem dos 74%.

Tabela nº102

Evolução do Número de Pessoas Inscritas no Ensino Recorrente por Estabelecimento de Ensino e ano Lectivo, segundo o Sexo e o Escalão Etário

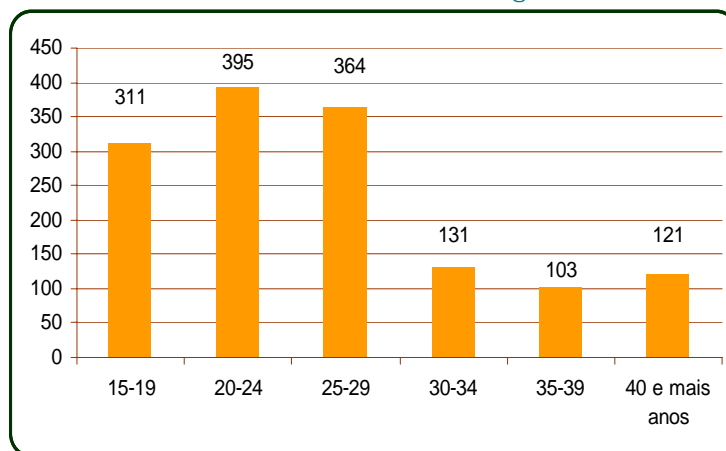
Estabelecimento	Escalões etários	Número de Alunos									
		2001/2002		2002/2003		2003/2004		2004/2005		2005/2006	
		MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.
Externato Oliveira Martins	15-19	18	9	17	10	14	12	9	7	6	7
	20-24	33	25	23	19	25	21	14	16	8	12
	25-29	12	16	19	9	12	11	2	5	10	8
	30-34	5	2	7	4	6	2	1	1	1	2
	35-39	-----	2	1	2	5	3	1	-----	1	1
	40 e mais anos	3	5	4	5	4	4	1	1		1
	Total	71	59	71	49	66	53	28	30	26	31
Gomes Almeida	15-19	57	103	42	109	28	95	19	71	3	23
	20-24	69	61	100	38	87	61	76	46		
	25-29	69	41	72	60	66	57	82	71		
	30-34	10	11	10	10	14	6	5	14	22	
	35-39	7	12	10	9	11	7	6	7	19	
	40 E mais anos	3	6	4	5	2	6	2	5	3	
	Total	215	234	238	231	208	232	190	214	47	23
CAE	15-19	?	?	?	?	1	2	3	4	4	3
	20-24	?	?	?	?	4	3	4	8	4	6
	25-29	?	?	?	?	3	12	4	13	3	5
	30-34	?	?	?	?	3	12	1	17	5	19
	35-39	?	?	?	?	3	12	3	12	2	10
	40 e mais anos	?	?	?	?	2	28	2	27	2	31
	Total	?	?	?	?	16	69	17	81	20	74

Fonte: Dados fornecidos pelos estabelecimentos.

As constatações estatísticas locais confirmam as tendências detectadas a nível nacional. Segundo Silva (cf. Abreu), muito embora o sistema de unidades capitalizáveis seja particularmente adequado a adultos e trabalhadores-estudantes, a sua evolução tem sido no sentido do crescimento do número de inscrições de jovens e jovens adultos, tornando este tipo de ensino num meio para canalizar os alunos com insucesso escolar, oriundos do ensino regular. Apesar de afastado da filosofia original, este procedimento administrativo tem-se reproduzido até a actualidade perpetuando a desadequação dos conteúdos e procedimentos pedagógicos às faixas etárias mais novas da população o que provoca, por seu turno, a manutenção das taxas elevadas de insucesso que os jovens já tinham experimentado no ensino regular (Abreu: 1999, 3)

Gráfico nº66

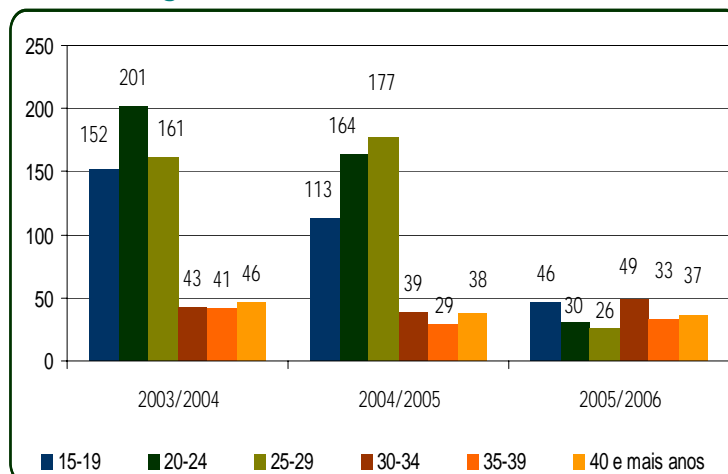
Número Total de Alunos Inscritos no Ensino Recorrente, em todos os Estabelecimentos de Ensino entre os anos lectivos de 2003/2004 e 2005/2006 segundo o Escalão Etário



Fonte: Dados Fornecidos pelos Estabelecimentos de Ensino

Gráfico nº67

Evolução do Número de Alunos Inscritos em todos os Estabelecimentos de Ensino Recorrente por Ano Lectivo de Inscrição, segundo o Escalão Etário



Fonte: Dados Fornecidos pelos Estabelecimentos de Ensino

Por outro lado e no que concerne aos adultos há que ter em conta determinadas nuances inerentes a este tipo específico de públicos. Norbeck (1997) secundado por Rogers (1997) alude a sentimentos e posturas que influenciam decisivamente o sucesso dos adultos no ensino recorrente. Persiste, ainda nos dias de hoje, a associação do termo educação ao ensino tradicional destinado a crianças e jovens e, como tal, os professores tendem a tratar os alunos como crianças. As próprias infra-estruturas por se localizarem muitas vezes em escolas, estão adaptadas para públicos mais jovens e determinam o ambiente em que as aulas decorrem. A par destes factores os autores enfatizam, ainda, que os adultos sentem frequentemente medo de falhar e de se expor ao ridículo e denunciam a falta de mecanismos escolares que permitam conhecer os indivíduos e a sua realidade pessoal,

social e cultural de modo a estimular a motivação e apoiar cada qual no seu percurso académico. Do mesmo modo, dever-se-á ter em conta as dificuldades que surgem da conciliação entre o retorno ao ensino com os universos familiar e profissional.

Ainda no que respeita as taxas de insucesso, sobressai o papel capital do Ensino Recorrente na prossecução dos objectivos de inclusão social preconizados pela Medida do Rendimento Social de Inserção (adiante designado por RSI). Através da contratualização de um programa de inserção a cumprir pelo beneficiário em troca da prestação pecuniária, os técnicos de serviço social diligenciam nos casos necessários e possíveis, o retorno do sujeito ao sistema de ensino. Em Espinho, a educação é a terceira área que abrange um maior número de acções contratualizadas, precedida pela Saúde e pela Acção Social (estando portanto, à frente do sistema do emprego). Do total de acções (917) celebradas, em 2005, pela Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Social de Inserção, 193 acções são relativas à área da Educação, das quais a maioria - 86 - se refere à frequência do Ensino Recorrente (sobretudo do 1º e 2º ciclos).

No entanto, apesar de o contrato ser celebrado em prol da inclusão dos indivíduos e da contribuição para a satisfação das suas necessidades mínimas através da aposta nas suas competências pessoais, sociais e profissionais, o carácter de obrigatoriedade da iniciativa (uma vez que as acções contratualizadas são a contrapartida para a prestação pecuniária) pode, em muitos casos, surtir um efeito negativo e desmotivar os beneficiários para o cumprimento dos objectivos. A corroborar esta análise os dados do Relatório do RSI, em Dezembro de 2005, mostram que 40,5% das 86 acções contratualizadas no âmbito do ensino recorrente não tinham sido executadas.

Tabela nº103

Número de Pessoas que Frequentaram o 1º e 2º Ciclo do Ensino Recorrente (CAE), nos Anos Lectivos de 2004-05 e 2005-06, segundo o Número de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Anos Lectivos	Beneficiário do RSI		Total
	Sim	Não	
Ano de Inscrição			
2004-2005	65	33	98
2005-2006	65	29	94
Total	130	62	192

Fonte: Dados Fornecidos pelos Estabelecimentos de Ensino

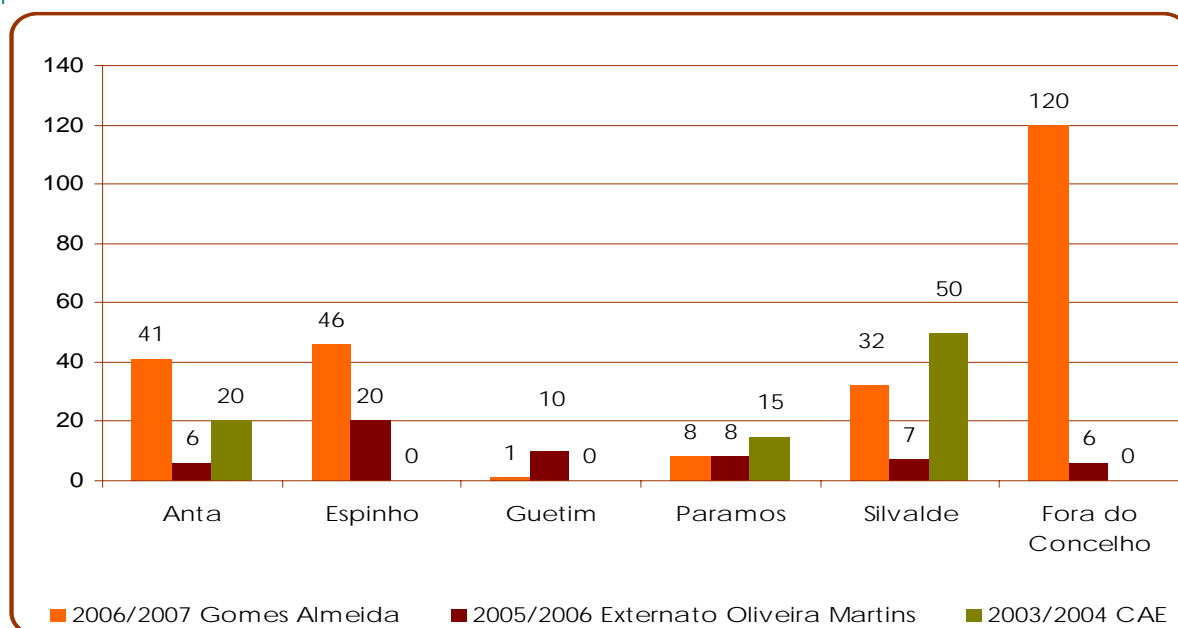
A influência que esta medida usufrui nas inscrições no Ensino Recorrente é reforçada quando observamos que 67,7% do total de inscrições no 1º e 2º Ciclo, nos anos lectivos de 2004-2005 e 2005-2006 (66,3% e 69,1%, respectivamente) são de pessoas que estão integradas no Rendimento Social de Inserção.

Não nos foi possível obter junto dos três estabelecimentos de ensino a localidade de residência dos alunos para o mesmo ano lectivo, o que limita a força da exposição. Porém, podemos concluir que a maioria dos estudantes é proveniente da freguesia de Silvalde, seguida por Espinho e Anta. Desde logo se torna claro, que a Escola Secundária Dr. Manuel Gomes Almeida acolhe uma percentagem considerável de pessoas de fora do concelho, que correspondem a cerca de 48,4% do total de matrículas nesta escola. Das 268 pessoas inscritas, 59 são do concelho de Vila Nova de Gaia e 41 de Santa Maria da Feira, ao passo que 14 residem em Ovar. Estes movimentos populacionais demonstram, uma vez mais, a capacidade de atracção do concelho que possui uma localização geográfica privilegiada compreendida entre dois grandes centros urbanos – a Área Metropolitana do Porto e o distrito de Aveiro.

No que se refere ao CAE e às pessoas que frequentam o 1º e 2º ciclo de escolaridade, observamos que mais de metade da população (58,8%) reside na freguesia de Silvalde. Segundo a coordenadora concelhia, são as freguesias de Silvalde e de Anta que têm maiores índices de procura deste tipo de serviço nos últimos anos. Se inicialmente em Paramos e Guetim se apuravam taxas semelhantes, foi-se registando uma quebra significativa nas inscrições provenientes destas freguesias à medida que a população foi integrada nos cursos.

Gráfico nº68

Número de Pessoas a Frequentar o Ensino Recorrente segundo a Freguesia de Residência por Estabelecimento de Ensino



Fonte: Dados Fornecidos pelos Estabelecimentos de Ensino

Tendo em consideração o peso das dimensões territoriais nos processos de pobreza e exclusão social, nomeadamente no que se refere à sua concentração em espaços marginalizados e, muitas vezes periféricos, será relevante o facto dos cursos realizados nas freguesias de Anta e Silvalde se dirigirem maioritariamente à população residente na Ponte de Anta e na Marinha de Silvalde. Em ambos os locais existem bairros sociais e uma concentração visível de problemáticas multidimensionais que abarcam áreas tão complexas e distintas como a economia, o emprego, a educação, ou a saúde, entre outras. Esta evidência é ainda confirmada pela percentagem de pessoas residentes nestas localidades que são beneficiários do RSI, tendo já sido debatida a interligação existente entre ambas as respostas – Ensino Recorrente e Rendimento Social de Inserção.

O público-alvo do Externato é, particularmente, constituído por pessoas residentes na freguesia de Espinho, centro urbano do concelho, que representam nos últimos 5 anos lectivos, a maioria dos alunos inscritos. Este estabelecimento acolhe, ainda, vários alunos de Guetim e Paramos, sendo que a frequência de pessoas residentes em Silvalde tem vindo a decrescer.

IV.3.2. - Centros de Reconhecimento e Validação de Competências

O Plano Nacional de Emprego para o período de 2005-2008 inscreve, enquanto linha de intervenção prioritária, uma aposta reforçada no Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, prevendo-se, de futuro, alargar e aumentar o investimento em capital humano e dar um novo impulso à educação de adultos.

Os Centros de Reconhecimento e Validação de Competências (CRVCC), certificados pelo Ministério da Educação, permitem às pessoas com 18 e mais anos e com o apoio de profissionais especializados, valorizar o seu percurso individual através da identificação do manancial de competências resultantes da experiência de vida (adquiridas na esfera pessoal, social e profissional). Deste processo resulta a elaboração de uma Carteira de Competências-Chave, que conduz a um certificado correspondente ao nível B1, B2 e B3 (4º, 6º e 9º anos, respectivamente).

Após as inscrições, os formandos realizam um trajecto que inclui sessões individuais e de grupo acompanhadas por formadores qualificados, com o intuito de promover o reconhecimento das suas competências e que poderão compreender ainda, o recurso a formações complementares nas áreas em que as pessoas sentem mais dificuldades.

Até 2006 era principalmente o Centro de Formação de Rio Meão, cuja área geográfica de intervenção abrange o concelho de Espinho, que prestava este serviço à população residente. No decorrer deste ano, a intenção governamental de ampliar o número de estruturas, permitiu um reforço local substancial e, para além do Centro de Rio Meão, existem agora novas estruturas promovidas pelo Externato Oliveira Martins, pela Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira e pela Associação Cívica de Espinho (este último com um carácter privado) contabilizando-se, actualmente, um total de 4 CRVCC disponíveis no município.

Estas novas respostas irão permitir, certamente, desenvolver intervenções consistentes no âmbito da inclusão social local na qual a Educação e Qualificação adquirem uma importância cada vez mais vital. A sua capacidade de absorção vai permitir aos adultos com baixas qualificações escolares aumentar o seu grau de qualificação e às empresas locais melhorar os seus níveis de competitividade. Será necessário, portanto, desenvolver redes institucionais alargadas de apoio a estas estruturas e respectivos públicos-alvo, sobretudo, àqueles que aparentam maior vulnerabilidade ao risco social, garantindo a criação de uma estrutura de apoio transversal e multidisciplinar que fomente uma cultura de aprendizagem efectiva.

IV.3.3. - Formação Profissional

A formação profissional é, indiscutivelmente, um factor impulsor da produtividade e competitividade da economia que contribui, de forma decisiva, para a eficiência das organizações e para o desenvolvimento sustentável das regiões.

Trata-se de uma área diversificada que compreende uma parte significativa das acções sob o domínio da Aprendizagem ao Longo da Vida. Dirige-se a uma panóplia de públicos-alvo em diferentes situações escolares e profissionais e certifica graus de escolaridade e de especialização profissional distintos (que podem, ou não, coexistir na mesma acção de formação).

Os públicos-alvo e as certificações de cada acção distinguem-se com base nas cinco modalidades de formação reconhecidas pelo IEFP; que se dividem pela 'Aprendizagem', 'Cursos de Educação e Formação de Adultos' (EFA), 'Especialização Tecnológica', 'Formação de Activos Qualificados' e 'Qualificação Profissional e Educação e Formação de Jovens'. O Ministério da Educação, por seu turno, diferencia os tipos de formação segundo duas grandes modalidades: formação para jovens e formação para adultos. Esta última

abrange os cursos EFA e os cursos do Ensino Recorrente, enquanto a primeira, direccionada para os jovens, compreende as seguintes áreas: 'Cursos Tecnológicos', 'Cursos de Aprendizagem', 'Cursos Artísticos Especializados', 'Cursos Profissionais', 'Cursos Científico-humanísticos', 'Cursos de educação-formação de jovens', 'Cursos de qualificação inicial e escolar' e 'Cursos de especialização tecnológica'.

É também uma área em que actuam diversos intervenientes entre os quais escolas, centros de formação públicos, empresas privadas de formação, bem como, instituições e associações do terceiro sector.. Como tal, as intervenções têm, forçosamente, que concertar as diligências governamentais encetadas pelas entidades reguladoras neste domínio - Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e o Ministério da Educação que regula a oferta formativa dos estabelecimentos escolares.

Em Espinho existem, ao todo, 14 entidades que promovem formação profissional – 7 estabelecimentos de ensino e 7 instituições abaixo listadas:

Escolas e Instituições que promovem Formação Profissional no Concelho:

- Escola E.B. 2/3 Domingos Capela (adiante designada como Domingos Capela)
- Escola E.B. 2/3 Sá Couto (Sá Couto)
- Escola Secundária Dr. Manuel Gomes Almeida (Gomes Almeida)
- Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira (Manuel Laranjeira)
- Externato Oliveira Martins
- Instituto Superior de Espinho (ISESP)
- Universidade de Aveiro (em parceria com o Fórum de Arte e Cultura de Espinho)
- Associação Cívica de Espinho (em parceria com o Instituto Superior de Paços de Brandão)
- Associação Comercial de Espinho (ACE)
- Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho (ADCE)
- Associação dos Médios e Pequenos Empresários Portugueses (AMPEP)
- Centro de Formação de Rio Meão.
- Centro Social de Paramos
- CerciEspinho

Note-se, que em termos da metodologia de análise da oferta formativa no concelho adoptamos uma perspectiva global e optamos por incluir os cursos tecnológicos, os cursos profissionais e os cursos do sistema de aprendizagem, já que, para além de serem

reconhecidos enquanto formação pelo Ministério da Educação, envolvem uma área profissional de especialização e possibilitam, a par da certidão equivalente ao ensino secundário, um diploma de certificação profissional de nível 3 (correspondente ao 12º ano). Estes sistemas permitem aos alunos optar, tanto pela continuação dos estudos mediante o acesso aos Cursos de Especialização Tecnológica e Ensino Superior, como por um ingresso imediato, mas qualificado, no mercado de trabalho. Neste sentido, é relevante, para a análise em questão, alargar os horizontes de investigação e ter em conta, para além da formação, a oferta nestas esferas, já que numa fase final de integração no mercado de trabalho, os recursos humanos com certificação escolar secundária e profissional poderão provir de todas estas vertentes.

À semelhança do que acontece em outros capítulos deste diagnóstico, não nos foi possível obter dados de todas as entidades, nem sequer, para todos os anos lectivos. Apesar dos contactos efectuados não obtivemos informações relativas à Associação Comercial, ao Centro de Formação Profissional de Rio Meão ou à Associação dos Médios e Pequenos Empresários Portugueses (AMPEP), ao passo que no que diz respeito, tanto ao Instituto Superior de Espinho (ISESP), como à Universidade de Aveiro e ao Centro Social de Paramos, apenas recolhemos informações parciais. O mesmo aconteceu com os cursos tecnológicos implementados nas escolas secundárias.

Tabela nº104

Número de Acções de Formação Promovidas em Espinho entre 2001 e 2006 por Entidade Promotora.

Entidade	Ano de Início						Total
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Escola E.B. 2/3 Sá Couto	-	-	-	-	-	2	2
Escola E.B. 2/3 Domingos Capela	-	3	1	2	2	8	16
Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira	-	2	1	7	2	4	16
Escola Secundária Dr. Manuel Gomes Almeida	-	2	2	6	-	3	13
Externato Oliveira Martins	12	5	7	8	4	?	36
Escola Profissional de Espinho	5	4	4	4	4	?	21
ISESP		6	6	12	4	?	28
Universidade de Aveiro/Fórum de Arte e Cultura de Espinho	-	-	-	-	1	?	1
Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho	4	-	3	4	4	3	18
CerciEspinho	4	4	7	2	1	1	19
Centro Social de Paramos	1	1	2	0	?	?	4
Total	26	27	33	45	22	21	174

Fonte: Dados Fornecidos pelos Estabelecimentos de Ensino

Contudo, a análise efectuada compreende a evolução entre 2001 e 2006 e proporciona, indubitavelmente, dados pertinentes para uma aproximação rigorosa à realidade formativa concelhia. Assim, consideramos que este capítulo assume as características de um pré-diagnóstico a aprofundar no futuro, em consonância com os objectivos estabelecidos pela Rede Social de Espinho que definiu, no Plano de Acção de 2007/2008, a concretização de um diagnóstico da área do emprego e formação.

A tabela nº104 mostra que, desde 2001, foram promovidas cerca de 174 acções de formação (incluindo cursos profissionais e tecnológicos) constatando-se que, a par do aumento do número de cursos dinamizados pelas escolas, existe uma clara diminuição das acções assumidas pelas restantes instituições concelhias nos últimos anos. Esta variação advém, principalmente, do facto de escolas e instituições promoverem formação por via de fundos provenientes de diferentes fontes que impõem ritmos e recursos distintos. Se as primeiras se enquadram no âmbito do Programa Operacional da Educação (PRODEP) as segundas recorrem, por norma, ao Programa Operacional para a Educação Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS).

Existem, ainda, outros factores que contribuem para as oscilações que registamos em termos da oferta - no âmbito da rede pública escolar a aposta governamental na dupla certificação é prioritária e crescente, tendo-se definido como meta alcançar, em 2010, uma representação de 50% das vias profissionalizantes na oferta de nível secundário, o que justificará o incremento da oferta nos estabelecimentos escolares públicos. Quanto às instituições, salientamos a forte dependência de fundos comunitários para a promoção de formação. Esta subordinação, aliada ao facto de nos encontrarmos na última fase do III Quadro Comunitário, levou a uma redução da verba atribuída pelo POEFDS para a dinamização de formação que explicará, em grande medida, a diminuição recente da oferta ao nível das instituições. Porém, esta tendência poderá ser invertida ao entrarmos no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que irá comportar um novo aumento dos montantes afectos a programas de formação a desenvolver pelas instituições e associações locais.

Ainda assim e na generalidade, salienta-se um aumento significativo das acções instituídas em 2004 e considera-se que, face aos motivos acima expostos, a diferença negativa registada em 2006 é pouco significativa no global da oferta concelhia.

Aos 174 cursos promovidos corresponde um total de 4315 indivíduos inscritos. Destes, apenas se conhece o percurso de 2216 formandos, o que equivale a 51,4% da realidade aferida

que sabemos, *à priori*, incompleta. Será, no entanto, com base neste número que iremos diligenciar uma breve avaliação da área da formação desenvolvida em Espinho.

Estimamos a taxa de sucesso das acções de formação e apuramos que cerca de 83,5% do número de matriculados concluíram, com êxito, o curso ou ano lectivo (no caso do curso se prolongar por mais de um ano). Por oposição e como se pode confirmar na tabela nº105, em 2002 registamos uma subida significativa da taxa de retenção, em cerca de 13,2%, tendo este índice vindo a oscilar, desde então, entre os 26% e os 30%. Atribuimos a drástica diminuição de 29% para 0,9%, entre 2005 e 2006, à escassez de informação disponível sobre o ano de 2006, no momento da recolha de dados. Refira-se, que 194 dos alunos matriculados neste último ano frequentaram uma acção de formação promovida pela ADCE, na área da 'Informática na Óptica do Utilizador', dirigida à comunidade em geral e com a duração de 12 horas, sendo que do total de formandos, apenas 2 não obtiveram o certificado.⁴² Assim, não contabilizando o ano de 2006 concluímos que, em média, aproximadamente 71 alunos por ano, não completam com sucesso a formação.

Tabela nº105

Evolução entre 2001 e 2006 do Número de Alunos Matriculados, segundo o Número de Alunos que Concluíram com Sucesso, a Taxa de Retenção e o Número de Alunos que Desistiram

	Matriculados	Matriculados**	Concluíram	Taxa de Retenção	N.º de alunos que desistiram
2001	592	373	325	14,8%	28
2002	555	274	213	38%	57
2003	613	337	287	30%	46
2004	1182	754	595	26,1%	64
2005	730	258	220	29,1%	35
2006	643	220	218	0,9%	33
Total	4315	2216	1858	437	236

Nota: Por diferentes razões, não foi possível obter o número de alunos que concluíram para todos os cursos (alguns cursos estavam a decorrer no momento da recolha dos dados e relativamente tanto à Escola Profissional de Espinho como ao ISESP apenas se conhece o n.º de inscrições), a 2ª coluna da tabela, representa o número de alunos matriculados nos cursos em que se conhece o n.º de conclusões e retenções. Como tal, também as taxas de retenção e o número de alunos que desistiram são calculadas segundo o valor da 2ª coluna.

Detectamos que 257 pessoas desistiram dos cursos e as causas apontam, em primeiro lugar, para a 'obtenção de emprego' (51), seguida pela 'exclusão por faltas' (que com 48 sinalizações é referida apenas pelas escolas). O factor 'desmotivação' aparece em terceiro lugar e contabiliza 41 indicações, sendo seguido pelos 'motivos de saúde', que foram apresentados em 26 casos para justificar a saída do curso. 36 desistências foram classificadas como 'Outros', ao passo que, em 27 situações se desconhece o motivo do

⁴² Muito embora se tenha desdobrado em diversas turmas face ao elevado número de formandos, trata-se de uma só acção pelo que foi contabilizada como tal.

abandono e em 14 se argumentam 'questões familiares'. No decorrer dos 5 anos, apenas surgiu 1 ocorrência associada a 'Conflitos'. Cruzando estes dados com os tratados no capítulo que reporta o abandono escolar depreendemos que os motivos apontados para o abandono da formação são, de um modo geral, coincidentes com os detectados no abandono escolar. A situação agrava-se nestes casos porque a formação profissional é, ela própria, uma das principais alternativas aos casos de abandono escolar.

O garante da qualidade da formação profissional passa, forçosamente, por uma análise precisa de três vertentes em simultâneo – necessidades do mercado de trabalho, disponibilidade organizacional e interesses/vulnerabilidades dos públicos-alvo. Só neste prisma se poderão delinear acções assertivas e atingir os efeitos positivos da formação. Assim, é relevante para o presente diagnóstico, analisar as áreas de formação que se têm vindo a explorar localmente e observar a sua relevância no mercado regional.

Às 174 acções de formação realizadas entre 2001 e 2006 equivalem, aproximadamente, 35 áreas de formação distintas, muito embora algumas se enquadrem em famílias alargadas. Deduzimos imediatamente pela tabela nº 106, que as áreas de formação mais recorrentes se reduzem a 3 (Ciências Informáticas, Hotelaria e Restauração e Cabeleireiro) e congregam, por si só, 41,4% do total de acções concelhias. Sucedem-se as áreas da Contabilidade, da Electricidade, do Comércio, do Marketing e Relações Públicas e dos Serviços Domésticos. Nesta sentido, as áreas de formação têm em consideração o conhecimento público da forte terciarização concelhia, bem como, o potencial turístico local que assume uma importância vital na economia municipal e a aposta mundial generalizada no domínio das novas tecnologias.

Todavia, ao longo dos últimos anos, assistimos a uma clara tendência para a especialização da oferta de formação profissional condicionada, mormente, pelos recursos físicos e materiais disponíveis em cada entidade. Se inicialmente os cursos são promovidos com o intuito de fruir das oportunidades detectadas no mercado de trabalho a sua manutenção incessante acaba, inevitavelmente, por saturar as necessidades anteriormente detectadas.

A tabela nº106 permite-nos averiguar, ainda, que o facto de as diferentes entidades promoverem acções nas mesmas áreas de formação contribui, igualmente, para uma duplicação consecutiva.

Como tal, as próprias entidades insistem na premência de encetar acções que permitam realizar um diagnóstico aprofundado do mercado de trabalho com o intuito de identificar novas opções para a selecção de áreas de actividade com fortes possibilidades de integração profissional.

Tabela nº106

Áreas de Formação Dinamizadas no Concelho Segundo a Entidade Promotora

Entidade	Área de Formação
Sá Couto	Comércio
Domingos Capela	Comercio; Electricidade e Energia, Electricidade; Electrónica e Telecomunicações; Equivalência escolar; Floricultura e Jardinagem; Hotelaria e Restauração;
Manuel Laranjeira	Animação Multimédia; Audiovisuais e produção dos média; Ciências informáticas; Desporto; Electrónica e automação; Hotelaria e Restauração; Serviços de Apoio a Crianças e Jovens; Serviços de Apoio Social; Tecnologias artísticas; Trabalho Social e orientação
Escola Secundária Dr. Manuel Gomes Almeida	Administração Serviços e Comércio; Ciências Informáticas; Comércio; Desporto; Electrotecnia, Marketing e Publicidade;
ADCE	Desenvolvimento Social; Floricultura e Jardinagem; Hotelaria e Restauração; Informática na óptica do utilizador; Materiais (madeira, cortiça, papel); Protecção do ambiente
CerciEspinho	Electricidade e Energia; Hotelaria e restauração; Floricultura e Jardinagem; Protecção do Ambiente; Serviços Domésticos
Centro Social de Paramos	Serviços Domésticos; Serviços de Apoio a Crianças e Jovens;
Externato Oliveira Martins	Cabeleireiro; Contabilidade; Electricidade; Electrónica;
Escola Profissional de Espinho	Ciências Informáticas; Hotelaria e Restauração; Electrónica e Automação; Marketing, Relações Públicas e Publicidade; Turismo e Lazer.
ISESP	Auto-estabelecimento; Ciências Informáticas; Estatística; Formação de Professores e Formadores; Igualdade de Oportunidades; Inglês Comercial;
Universidade de Aveiro/ Fórum de Arte e Cultura de Espinho	Ciências Informáticas.

Fonte: Dados Fornecidos pelos Estabelecimentos de Ensino

Nesta linha, como complemento à análise das áreas de formação, procuramos aferir o seu grau de correspondência às áreas de actividade locais que congregam um maior número de empresas e que sejam passíveis, portanto, de absorver mais recursos humanos. Para tal, tivemos como ponto de partida os dados do INE referentes à Classificação das Actividades Económicas por concelho e ainda, uma base de dados de várias empresas nacionais criada pela Syrian, Sistema de Informação, para a ADCE que disponibilizou os dados para o presente estudo. Em ambas as fontes tivemos em consideração o critério da proximidade geográfica e seleccionamos o concelho e as zonas territoriais limítrofes para a análise: Espinho, Santa Maria da Feira, Ovar, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vila Nova de Gaia, Porto, Gondomar, Matosinhos e Maia.

Os dados do INE que reportam o número de empresas por concelho de sede, segundo a CAE-Rev 2.1, corroboram a influência do sector dos serviços e averiguamos que, nos concelhos seleccionados, as áreas de actividade são extremamente similares, com apenas

algumas nuances entre si. Quer em Espinho, quer nos concelhos limítrofes, é a secção G – ‘Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico’, que detém um maior número de empresas com sede por concelho. A área F - ‘Construção’ e a área D - ‘Industria Transformadora’ alternam entre si pelo 2º lugar consoante o concelho, sendo que Espinho é o único município em que a secção H – ‘Alojamentos e Restauração’ aparece em terceiro lugar. Por fim, salientam-se as ‘Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas’ (secção K), enquanto as secções M a O – ‘Educação’, ‘Saúde e acção social’ e ‘Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais’ ocupam o 5º lugar em Oliveira de Azeméis e Matosinhos.

Tabela nº107

5 Secções da CAE VER 2.1. com maior peso por concelho (número de empresas por concelho da sede segunda a CAE, 31/12/2004 (com alterações de 4/4/2006)

5 Secções da CAE VER 2.1. com maior peso por concelho	
Espinho	G, F, H, D, K
Gondomar	G, F, D, H, K
Maia	G, F, K, D, H
Matosinhos	G, K, F, D, M a O
Porto	G, F, D, K, H
Vila Nova de Gaia	G, F, D, K, H
Oliveira de Azeméis	G, D, F, K, M a O
Santa Maria da Feira	G, D, F, K, H,
São João da Madeira	G, D, K, H, F
Ovar	G, F, K, D, H

Fonte: INE, Ficheiro de Unidades Estatísticas

CAE REV 2.1. - SECÇÕES

A – Agricultura, produção animal, caça e silvicultura.

B - Pesca

C – Indústrias Extractivas

D – Indústrias transformadoras

E – Produção e distribuição de electricidade, gás e água.

F – Construção.

G – Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico.

H – Alojamento e restauração (restaurantes e similares)

I – Transportes, armazenagem e comunicações.

J – Actividades financeiras.

K – Actividades Imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.

L – Administração Pública, defesa e segurança Social (Obrigatória)

M – Educação

N – Saúde e acção social.

O – Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais.

P – Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio.

Q – Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Por outro lado, a base de dados da Syrian, supramencionada, contabiliza um total de 22058 empresas a funcionar em Espinho e nas zonas limítrofes.

Tabela nº108

Empresas/Comércio sedeados em Espinho e Zonas Periféricas com Maior Número de Representantes, por Área de Actividade e Número de Acções Promovidas entre 2001-2006, Segundo a Área de Formação

Área de Actividade	Total	Área de Formação	Total
Total	22058	Total	175
Cabeleireiros e Barbeiros	1349	Ciências Informáticas	28
Advogados	1131	Hotelaria e restauração	28
Associações, Clubes e Academias	1124	Cabeleireiro	16
Restauração – Cafés	975	Contabilidade	9
Automóveis – Reparações	944	Electricidade	9
Contabilidade – Escritórios e Serviços	875	Comércio	7
Lojas – Supermercados e Mercarias	757	Electricidade e energia	7
Calçado – Armazenistas e Fabricantes	675	Marketing, relações públicas e publicidade	7
Restauração – Restaurantes	665	Serviços domésticos	6
Lojas – Pronto-a-Vestir	642	Floricultura e jardinagem	5
Construção – Empresas	580	Turismo e lazer	5
Ensino – Escolas	554	Igualdade de oportunidades	4
Madeira – Cortiça e Produtos de Cortiça	531	Serviços de apoio a crianças e jovens	4
Imobiliário – Mediação Imobiliária	481	Desconhecido ou não especificado	3
Importação e Exportação	462	Desenvolvimento Social	3
Construção – Portas e Janelas	400	Equivalência escolar	3
Restauração – Padarias e Pastelarias	341	Materiais (madeira, cortiça, papel)	3
Bebés e Crianças – Infantários e Creches	304	Protecção do ambiente	3
Arquitectos	299	Administração, Serviços e Comércio	2
Lojas – Talhos e Charcutarias	293	Electrónica	2
Decoração – Artigos	286	Electrónica e automação	2
Saúde – Clínicas Médicas	258	Estatística	2
Têxteis – Confecções	258	Formação de professores e formadores	2
Lojas – Ourivesarias	255	Informática na óptica do utilizador	2
Negócios - Consultoria	250	Serviços de apoio social	2
Informática – Serviços	245	Tecnologias artísticas	2
Construção – Empresas	239	Animação Multimédia	1
Calçado – Artigos e Equipamentos	228	Audiovisuais e Produção dos Média	1
Automóveis – Stands	217	Auto-estabelecimento	1
Saúde – Clínicas Dentárias e Dentistas	197	Desporto	1
Construção – Construtores Cívicos	177	Electricidade, electrónica e telecomunicações	1
Lojas – Tabacarias e Quiosques	166	Electrotecnia	1
Lojas – Papelarias	162	Inglês comercial	1
Lojas – Sapatarias	153	Têxtil e vestuário	1
Artes Gráficas – Empresas	149	Trabalho social e orientação	1

Na tabela nº108 registamos a correspondência entre as 35 áreas de formação promovidas entre 2001-2006 e as 35 áreas de actividade em que se identificou um maior número de empresas. Constatamos uma consonância entre, aproximadamente, 18 áreas sendo que outras tantas ficam por explorar.

As áreas de formação mais exploradas no concelho pertencem a actividades onde existe, efectivamente, um número elevado de empresas e serviços. Não obstante, não será o facto de existirem muitos prestadores de serviços que conduz, inevitavelmente, à necessidade de integração de pessoal, já que existem numerosos factores que influem no mercado. Poderão, por exemplo, tratar-se de áreas em que já exista uma oferta significativa de mão-de-obra, seja ela qualificada ou não. É portanto crucial, que no âmbito da concepção e planeamento da formação profissional se desenvolvam metodologias de conhecimento, aprofundado e individualizado, de cada área de actividade dos mercados locais e regionais. É preciso realizar um estudo prospectivo rigoroso e ir mais além do que esta simples análise do número de empresas locais por sector de actividade.

A par de indicadores básicos de avaliação da formação (número de matriculas, número de conclusões, taxa de retenção e número de alunos que desistiram e respectivas causas) incluímos no inquérito distribuído às entidades uma breve avaliação dos resultados dessas acções.

Concluimos que as escolas do sector público não dispõem de muita informação, excepto dos indicadores que já são recolhidos no âmbito do ensino regular. Consequentemente, não é possível realizar uma avaliação de impacte rigorosa, útil em todos os casos mas, principalmente, no caso dos cursos que têm como finalidade a integração profissional dos formandos. Este factor que resulta, possivelmente, do enquadramento recente da oferta formativa entre os serviços escolares que dificulta o processo de avaliação e coloca em risco as metodologias exigidas de acompanhamento da formação e dos formandos, que devem processar-se, de forma continuada e próxima, a decorrer em todos os momentos - a montante, durante e a jusante da acção. Na verdade, a recolha de dados permitiu conferir que as escolas têm mais dificuldades do que as instituições em gerir, com eficiência e eficácia, as acções de formação e as principais causas residem, quer na falta de recursos humanos e materiais, quer nas infra-estruturas pouco adaptadas e modernizadas.

Mesmo assim, é assumido o reforço destas respostas pelos estabelecimentos de ensino que terá, obrigatoriamente, que ser assistido pela criação de condições para diligenciar o acompanhamento de qualidade exigido no desenvolvimento de formação.

Quanto aos estabelecimentos de ensino privados e instituições denota-se um maior rigor nos processos de diagnóstico, concepção e avaliação das acções de formação, que advém da sua experiência de trabalho nas áreas da formação/ensino profissional e das certificações de qualidade acreditadas pelo Instituto da Qualidade da Formação (IQF).

Refira-se a este propósito, a articulação estratégica que as instituições e algumas escolas têm vindo a desenvolver na Rede Social e que passa por um planeamento concertado de um Plano de Formação concelhio com vista, tanto ao garante da adequação entre as lacunas do mercado de trabalho e as áreas de formação a encetar, como a assegurar a diversidade da oferta de áreas de formação e evitar a sua duplicação sucessiva.

Muito embora a esmagadora maioria da formação realizada no concelho tenha como finalidade a integração profissional com qualidade dos formandos, apenas nos foi possível aferir a taxa de inclusão relativamente a 563 pessoas de um total de 4315 indivíduos. Não obtivemos estes dados em nenhuma escola pública, pelo que as respostas se restringem às instituições (ADCE, Centro Social de Paramos e CerciEspinho) e ao Externato Oliveira Martins.

Tabela nº109

Número de Formandos segundo a Situação Profissional, após o Término das Acções, por Área de Formação

Situação Profissional após a Acção de Formação	Nº	Total
Inseridos no local de estágio		
Protecção do Ambiente	31	
Serviços Domésticos	29	
Electricidade	14	
Contabilidade	8	101
Floricultura e Jardinagem	8	
Hotelaria, Restauração e Turismo	7	
Hotelaria e Restauração	4	
Inseridos na área de formação		
Cabeleireiro	17	
Contabilidade	19	
Desconhecido ou não especificado	13	
Desenvolvimento Social	11	---
Electricidade	16	
Electricidade e Energia	5	
Electricidade e Energia Hotelaria, Restauração e Turismo	4	
Inseridos na área de formação (Continuação)		
Floricultura e Jardinagem	24	
Hotelaria e Restauração	52	
Hotelaria, Restauração e Turismo	33	269
Materiais (madeira, cortiça, papel)	8	
Protecção do Ambiente	43	
Serviços Domésticos	24	

Tabela nº109

Número de Formandos segundo a Situação Profissional, após o Término das Acções, por Área de Formação (continuação)

Situação Profissional após a Acção de Formação	Nº	Total
Inseridos noutra área que não a de Formação		
Desconhecido ou não especificado	1	
Electricidade e Energia Hotelaria, Restauração e Turismo	3	
Floricultura e Jardinagem	9	45
Hotelaria, Restauração e Turismo	7	
Materiais (madeira, cortiça, papel)	14	
Serviços Domésticos	11	
Criaram o próprio emprego		
Cabeleireiro	1	
Desconhecido ou não especificado	4	17
Floricultura e Jardinagem	1	
Hotelaria, Restauração e Turismo	11	
Desempregados		
Cabeleireiro	1	
Desconhecido ou não especificado	6	
Desenvolvimento Social	26	
Electricidade e Energia	3	
Electricidade e Energia Hotelaria, Restauração e Turismo	4	
Floricultura e Jardinagem	19	131
Hotelaria e Restauração	9	
Hotelaria, Restauração e Turismo	35	
Materiais (madeira, cortiça, papel)	9	
Protecção do Ambiente	4	
Serviços Domésticos	15	

Apuramos que uma fracção significativa dos formandos foi integrada no mercado de trabalho após o término da formação, sendo que 23,3% ficaram em situação de desemprego e 8% foram integrados numa área de actividade diferente daquela em que se especializaram. Todavia, 65,7% dos formandos foram empregues na sua área de formação salientando-se que destes, 17,9% ficaram enquadrados no local de estágio, o que acentua os esforços de parceria desenvolvidos pelas entidades.

A formação promovida é, na sua maioria, dirigida a públicos-alvo jovens (104) e surge, particularmente, como alternativa a uma integração desqualificada no mercado de trabalho apelando ao interesse e motivação dos alunos através da dupla certificação – escolar e profissional - o que lhes permite usufruir, em simultâneo, das componentes teóricas e práticas da profissão que pretendem exercer.

Similarmente, existem numerosos cursos de formação dirigidos a adultos (que incluem jovens/adultos) tendo-se contabilizado um total de 69 acções, das quais, aproximadamente, metade (35) é dirigida a pessoas em situação de desemprego, enquanto 34 formações se dirigem a activos.

Destaca-se a importância que a formação adquire no trabalho com públicos mais vulneráveis ao risco social – alunos em situação ou risco de abandono escolar, beneficiários do Rendimento Social de Inserção, pessoas com baixas qualificações, desempregados de longa duração, entre outros. Se os domínios do ensino profissional, tecnológico e da aprendizagem pretendem elevar os níveis de qualificação para o 12º ano e atribuir qualidade e capacidades de especialização profissional aos alunos, os cursos de educação-formação (ou apenas de formação) promovidos pelas escolas e instituições emergem, na maioria das vezes, com o intuito de atribuir a escolaridade obrigatória e trabalhar competências pessoais, sociais e profissionais a um nível mais básico.

Tabela nº110

Número de Acções de Formação Promovidas em Espinho entre 2001-2006 segundo a Tipologia do Curso e o Público-alvo

Público-Alvo	Tipologia do Curso	Nº
Jovens em Risco de Abandono	Cursos de Educação Formação de Jovens	30
Jovens que pretendam obter a dupla certificação.	Ensino Profissional	26
	Cursos Tecnológicos	12
	Sistema de Aprendizagem	36
Jovens/adultos que pretendam obter uma especialização	Curso de Especialização Tecnológica	1
	Cursos de Pré-Formação	2
Adultos vulneráveis ao Risco Social	Cursos de Formação	30
	Cursos de Educação Formação de Adultos	3
Activos	Formação Contínua	34
Total		174

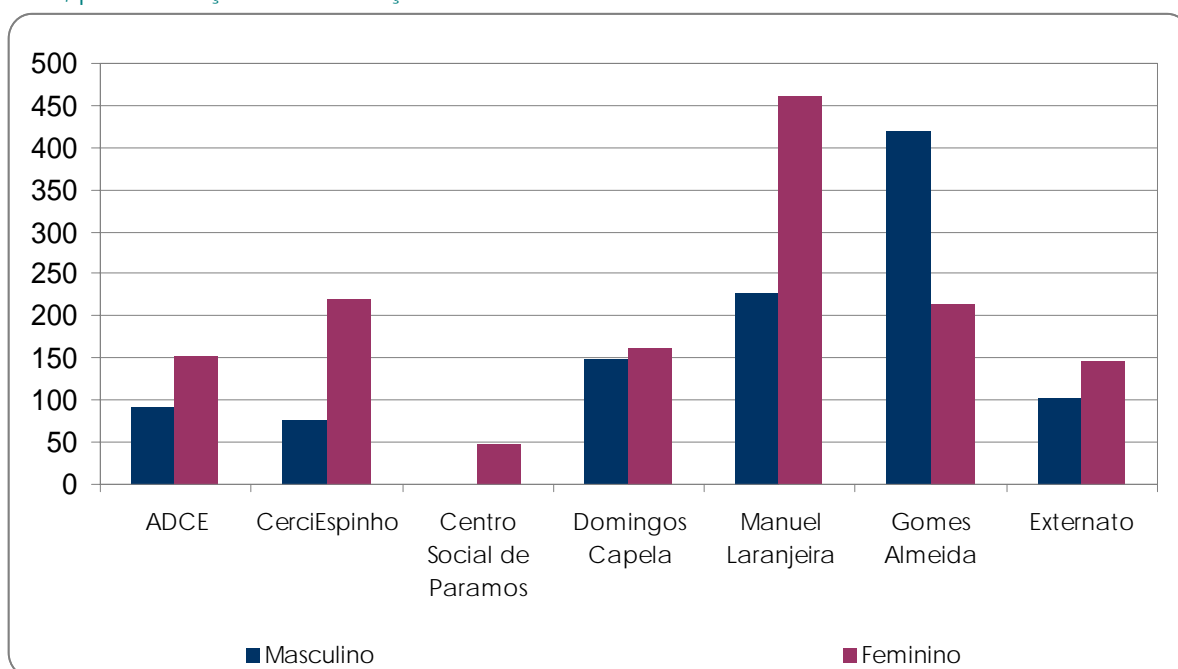
Os dados permitem, ainda, uma caracterização sociodemográfica sumária dos formandos, com base no género, escalão etário e freguesia de residência, muito embora, com dimensões amostrais discrepantes para cada uma das variáveis.

Sabendo-se o género de 2471 indivíduos constatamos uma preponderância do sexo feminino que assume uma percentagem de 56,8% do total de pessoas inscritas. Notamos que as mulheres prevalecem, especialmente, nas instituições onde se verifica um maior desfasamento entre o número de mulheres e de homens que frequentaram acções de

formação. Este comportamento pode ser atribuído ao facto de as instituições que colaboraram neste diagnóstico promoverem formação dirigida, preferencialmente, a grupos vulneráveis ao risco social sendo consensual que as mulheres são particularmente susceptíveis a fenómenos que aumentam esse mesmo risco. Por outro lado, nas escolas denota-se um maior equilíbrio no género e muito embora a Manuel Laranjeira demonstre uma preeminência feminina, a Gomes Almeida regista uma clara maioria masculina matriculada em acções de formação/cursos tecnológicos e profissionalizantes.

Gráfico nº69

Número de pessoas que frequentaram acções de formação entre 2001 e 2006, segundo o sexo, por instituição de formação



A análise da freguesia de residência é válida para um menor número de casos tendo-se, unicamente, acesso ao valor desta variável em relação a 1950 formandos, ou seja, a cerca de 45,2% do total de sujeitos identificados. Muito embora seja incontornável a escassez de dados, torna-se a evidenciar a grande afluência de residentes nas áreas limítrofes ao concelho de Espinho, bem como, a importância que os equipamentos escolares adquirem nos trajectos locais e regionais quotidianos. De facto, as pessoas residentes nos distritos de Vila Nova de Gaia, Aveiro e Outras Localidades constituem 36,8% do total de formandos, ao passo que os Espinhenses representam, somente, 63,2%.

Relativamente aos habitantes concelhios, os dados sintetizados na tabela 12 apontam para uma grande maioria de formandos residentes em Silvalde, seguidos pelas freguesias de Espinho e Anta.

Tabela nº111

Número de Pessoas que Frequentaram Acções de Formação entre 2001 e 2006, segundo a Freguesia de Residência, por Instituição de Formação

	Anta	Espinho	Guetim	Paramos	Silvalde	Distrito de Gaia	Distrito de Aveiro	Outras Localidades	Total
ADCE	53	22	3	14	135	8	8	0	243
CerciEspinho	61	66	3	38	58	59	240	69	594
Centro Social de Paramos	3	16	-	3	5	7	14	-	48
Domingos Capela	13	11	-	86	159	10	22	1	302
Manuel Laranjeira	71	21	10	8	7	70	42	1	230
Gomes Almeida	21	30	4	6	23	18	21	1	124
Externato	59	127	33	27	37	101	19	6	409
Total	281	293	53	182	424	273	366	78	1950

Fonte: Dados Fornecidos pelos Estabelecimentos de Ensino

Por último, as informações obtidas relativas ao escalão etário referem-se a um total de 2853 formandos o que constitui uma porção importante da amostra. Detectamos que apenas 17,5% das pessoas que frequentam formação têm 25 e mais anos, enquanto os restantes 82,5% se referem a indivíduos entre os 13 e os 24 anos (dos quais 79,6% têm até 20 anos e 2,9% entre os 20 e os 24 anos). A elevada concentração de jovens e jovens adultos nas faixas etárias deve-se ao peso que assumem os jovens em idade escolar no total da população-alvo da formação e às novas orientações educativas de aumentar a oferta formativa no sistema de ensino nacional, bem como, aos jovens adultos que, porventura, abandonam precocemente o sistema de ensino e frequentam as acções dirigidas a adultos (pessoas com mais de 18 anos).

O Instituto de Emprego sinalizava, em Dezembro de 2006, que 94% das pessoas inscritas na Extensão Local de Espinho têm mais de 25 anos. Destas 44,5% têm entre 25 a 54 anos e 20,3% têm 55 e mais anos. Estes dados, cruzados com o escalão etário dos formandos, fazem crer que ainda existe uma percentagem significativa da população que não é enquadrada em formação e para a qual um percurso formativo poderá revelar-se decisivo no processo de obtenção de um emprego.

Para além da avaliação de carácter quantitativo sobre a formação profissional promovida no concelho de Espinho nos últimos 5 anos, foi nossa preocupação incitar a um processo de reflexão comum sobre os principais pontos fortes e fracos sentidos pelos intervenientes e

sobre as soluções viáveis que se apresentam perante o desafio de responder às principais lacunas e vulnerabilidades detectadas.

A leitura conjunta e comparada do produto das análises S.W.O.T. realizadas pelos participantes na recolha de informação permite algumas conclusões sobre os números supra-expostos e reflectem a realidade quotidiana local no âmbito da formação. Notamos, claramente, uma certa diferenciação entre o discurso do sector educativo público e o discurso privado e institucional. No caso das instituições⁴³, os pontos fortes mais identificados dizem respeito às estruturas de formação, à composição das equipas técnicas, às metodologias internas, proximidade do público-alvo, complementaridade de outros serviços oferecidos e à experiência institucional. As escolas, por seu turno, salientam os benefícios da formação e a capacidade técnica dos docentes, ressalvando a necessidade de efectuar melhorias às estruturas já existentes.

No que respeita aos pontos fracos/vulnerabilidades constatamos que se distingue, com uma larga margem sobre as outras, a categoria do público-alvo. De uma maneira geral, todas as entidades apontam diversas dificuldades que surgem devido a *handicaps* dos formandos. Qualquer uma, sem excepção, salienta percursos escolares complexos, défices cognitivos, baixos graus de motivação, espírito de *subsidiodependência*, resistência à mobilidade geográfica, ou seja, uma panóplia de obstáculos que advêm de outras esferas da vida pessoal dos indivíduos e que reclamam que entidades possuam a capacidade de intervir de forma coerente, concertada transversal e multidisciplinar.

As escolas referem, sistematicamente, lacunas nas estruturas de formação que classificam como inexistentes, pouco adequadas ou com necessidades de reformulação para a realização de determinados cursos de formação. Saliente-se que este factor se revela um ponto forte das restantes entidades. Também a articulação com o mercado de trabalho é um item sistematicamente referido por todos, quer seja em termos do diálogo e da instituição de parcerias, como no que se refere à integração de formandos em estágios e à absorção de recursos humanos.

Face às diferentes modalidades da oferta, à amplitude do público-alvo e aos numerosos intervenientes, o domínio da formação profissional exige uma coordenação e concertação de esforços locais, regionais e nacionais eficazes e precisos, que deverá considerar todos os recursos locais instalados, quer sejam da esfera pública, como privada ou do terceiro sector e fomentar a actuação em parceria.

⁴³ - Por instituições designamos a ADCE, o Centro Social de Paramos, a CerciEspinho e o Externato Oliveira Martins.

IV.4 - OUTRAS OFERTAS EDUCATIVAS

IV.4.1. - Academia de Música de Espinho

A Academia de Música de Espinho é uma escola de ensino especializado da música, fundada pelo professor Mário Neves em 1961, com o apoio do então Presidente da Câmara Municipal de Espinho, Eng. Manuel Baptista. Iniciou a sua actividade com algumas dezenas de alunos e alguns professores e foi-se desenvolvendo no ensino das disciplinas musicais dentro do quadro dos programas oficiais dos Conservatórios de Música e simultaneamente promovendo concertos e audições. Foi neste contexto que a Academia de Música de Espinho criou o Festival de Música de Verão no ano de 1964, responsável pela vinda a Espinho de conceituados artistas nacionais e estrangeiros. Hoje o Festival Internacional de Música de Espinho, constitui um dos mais conceituados festivais de música erudita que se realiza em Portugal.

No ano de 1962 foi-lhe concedida pelo Ministério da Educação a autorização de funcionamento dos cursos básicos e secundários.

Em 1988 a Academia de Música de Espinho, em parceria com a Câmara Municipal de Espinho, lançaram o projecto - "Expressão e Educação Musical nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico", pioneiro a nível nacional, cujo objectivo fundamental foi o de permitir que todas as crianças do 1º ciclo tivessem acesso a actividades de música na escola frequentada. Este programa começou por dar apoio às escolas inseridas na área de influência da Junta de Freguesia de Espinho, tendo-se alargado, nos anos seguintes, a todas as escolas básicas do concelho.

Em 1989, a Academia de Música de Espinho, como entidade promotora, criou a Escola Profissional de Música de Espinho – EPME, que passou a ministrar dois cursos praticamente inexistentes no ensino musical mais tradicional: o curso de Prática Orquestral e o curso de Percussão, com grande destaque na formação de instrumentistas em Portugal.

No desenvolvimento das suas actividades a Academia de Música de Espinho recebe apoios anuais do Ministério da Educação, do Ministério da Cultura e da Câmara Municipal de Espinho.

O Ensino Artístico Especializado funciona em regime de ensino integrado/articulado e supletivo e pode realizar-se numa só escola ou em duas escolas diferentes.

Regime integrado: os alunos frequentam todas as três componentes de formação no mesmo estabelecimento de ensino.

Regime articulado: os alunos frequentam a componente de formação geral num estabelecimento de ensino regular e algumas das disciplinas da componente de formação específica / científica e toda a componente de formação técnica / artística num estabelecimento de ensino artístico especializado.

Regime supletivo: os alunos frequentam as disciplinas da componente de formação técnica (vocacional / artística) nos estabelecimentos de ensino artístico especializado, independentemente das habilitações que possuam em termos de ensino regular.

Os cursos vocacionais da Academia de Música de Espinho são actualmente frequentados por 231 alunos, dos quais, 94 alunos frequentam a Iniciação Musical; 118, o Curso Básico de Música, em regime articulado ou supletivo e 19, os Cursos Complementares de Música (Secundário), em regime supletivo.

Tabela nº 112

Frequência do Ensino Especializado da Música - Academia de Música de Espinho, 2006/2007

Academia de Música de Espinho	Iniciação (1º CEB)		Ensino Básico (2º CEB)		Curso Complementar da Música	Total
	Suplectivo	Articulado	Suplectivo	Suplectivo		
	94	50	68	19	231	

Fonte: Dados fornecidos pela Academia de Música de Espinho

A Academia relativamente aos cursos complementares de música, ministra as seguintes disciplinas: Acústica Musical, Análise e Técnicas de Composição, Formação Musical, História da Música, Prática de Teclado, Coro ou Conjuntos Instrumentais; Selecciona ainda vários Cursos com Paralelismo Pedagógico, designadamente: Canto; Clarinete; Contrabaixo; Flauta Transversal, Formação Musical; Guitarra Clássica; Percussão; Piano; Saxofone; Trompete; Viola de Arco; Violino e Violoncelo e ainda vários Cursos Livres:

Em termos evolutivos, denota-se um declínio gradual de alunos, desde o ano lectivo de 2001/02, até 2005/06, seguido de um acréscimo, com tendência para uma estabilização de alunos, para valores de 2006/07 semelhantes a 2001/02. Constata-se contudo um aumento de alunos ao nível da iniciação e no ensino articulado.

Tabela nº 113

Evolução do Número de alunos do Ensino Especializado da Música - Academia de Música de Espinho, (2001/02 a 2006/07)

Designação da Escola	Cursos	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07
Academia de Música de Espinho	Iniciação	73	82	74	76	93	94
	Ensino articulado	17	21	30	37	43	50
	Ensino Supletivo	139	114	85	72	69	87
Total		229	217	189	185	205	231

Fonte: Dados fornecidos pela Academia de Música de Espinho

Actualmente a Academia de Música de Espinho/Escola Profissional de Musica de Espinho, possui novas instalações. É constituída por 30 salas de aula, individuais, colectivas e específicas para certos tipos de instrumentos e uma sala de conjunto de percussão. Possui uma mediateca; um auditório com 280 lugares, que adaptado pode chegar aos 400 lugares; um pequeno auditório, - a sala Mário Neves, com capacidade para 80 lugares; um foyer; um estúdio de gravação; uma sala de ensaio e camarins.

IV.4.2. – Os Institutos de Línguas

O concelho de Espinho, no que concerne a Institutos de Línguas é formado por três Institutos, onde são leccionadas várias línguas estrangeiras, nomeadamente o Inglês, Francês, Alemão e Espanhol, castelhano, Polaco, Italiano, Russo, etc. Os cursos destinam-se a uma vasta faixa etária, desde os 3 anos à idade adulta.

Tabela nº 114

Institutos de Línguas no Concelho de Espinho, (2006/07)

Institutos	Idiomas e Público-alvo
English4U	Inglês, Castelhana. Polaco, Italiano, Francês, Alemão, Russo e Português para estrangeiros, destinados a crianças, jovens e adultos. Os seus cursos poderão ser académicos ou business.
Instituto de Inglês de Espinho	Inglês, Francês, Alemão, para crianças e jovens.
Escola de Línguas Lancaster College	Inglês, Espanhol, Italiano, Francês, Alemão, Russo e Português para estrangeiros, destinados a crianças, jovens e adultos.

Fonte: Institutos de Línguas de Espinho

A acção do Instituto de Línguas, apesar de independente da actividade lectiva desenvolvida pelos alunos no respectivo ano de escolaridade, exerce um papel complementar importante, na medida em que permite o aperfeiçoamento das línguas, de forma a colmatar lacunas que existam na aprendizagem.

Os cursos poderão ser académicos ou business, com diversos cursos específicos, por área de negócio.

IV.4.3. - Creches

As creches são espaços de acolhimento, destinados a crianças dos 3 meses aos 3 anos de idade que tem como objectivos específicos, de acordo com o DR 248/89, de 11 de Setembro, (Norma II):

- Proporcionar o atendimento individualizado da criança num clima de segurança afectiva e física que contribua para o seu desenvolvimento global;
- Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo de cada criança;
- Colaborar no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência, encaminhando adequadamente as situações detectadas.

A valência - Creche é disponibilizada no concelho, pela rede privada com fins lucrativos e pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS. Exceptuando o Centro Social de Paramos, todas as Creches estão localizadas dentro dos limites da cidade de Espinho, não dispondo a freguesia de Guetim e zona nascente de Anta, nenhum tipo de equipamento com esta valência. (mapa nº 19 e tabela nº 115)

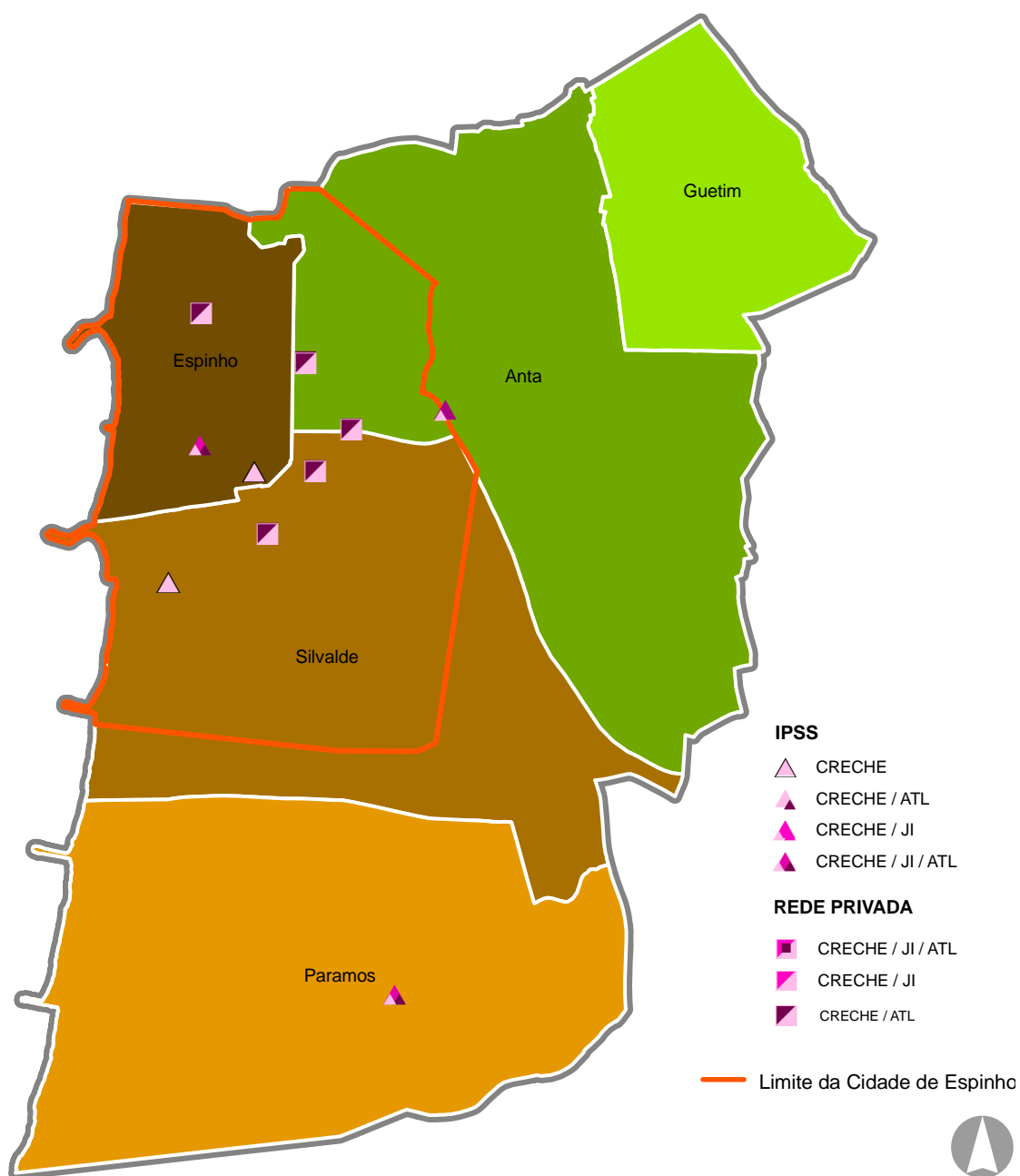
Tabela nº 115
Instituições Privadas com Creche, no Concelho de Espinho, (2006/07)

Freguesia	Instituição	Rede	Creches				Total
			nº Salas	Até 1 ano	1 ano	2 ano	
Espinho	Centro Infantil Espinho II		4	24	18	20	62
Espinho	Costa Verde		3	4	17	13	34
Silvalde	Centro Social de Silvalde	Solidária	3	10	15	20	45
Paramos	Centro social de Paramos		5	12	30	22	64
Anta	Portugal dos Pequenininos		4	3	11	20	34
Total Rede Solidária			19	53	91	95	239
Silvalde	Fungaga		2	3	4	10	17
Silvalde	Astrolábio	Privada	2	-	-	5	5
Anta	Passoa a Passo		1	-	3	2	5
Anta	Acthim		3	-	7	29	36
Total Rede Privada			8	3	14	46	63
Total Creches			27	56	105	141	302

Fonte: Dados fornecidos pelas Instituições

No total existem cerca de vinte e sete salas de Creche no concelho de Espinho, albergando cerca de 302 crianças dos 0 aos 3 anos de idade (exclusive) das quais 75,9% (239 crianças) frequentam as IPSS e as restantes (65 crianças), as instituições particulares com fins lucrativos. Predominam as crianças com 2 anos e 1 ano, de idade, respectivamente com 46,6% e 34,7%. Os bebés até 1 ano de idade, estão representados em menor número, ficando grande parte a cargo de familiares e amas. Esta é uma resposta quase impossível de contabilizar, mas que se torna visível pela análise da distribuição das crianças por idades, que estão inscritas nestas instituições.

Mapa nº 19 – As Creches no Concelho de Espinho



O Concelho de Espinho, tem uma população dos 0 aos 2 anos de idade, estimada⁴⁴ para 2006/07, em 995 crianças, das quais só 31,83%, (304 crianças) estão cobertas pelas nove creches existentes no concelho. A freguesia de Paramos possui a maior taxa de cobertura, (56,64%), seguida pela sede do concelho (30,46%) e freguesia de Silvalde (26,37%). Apesar das oito salas e três instituições com creche localizadas na freguesia de Anta, esta apresenta a menor taxa de cobertura, (26,37%) devido ao elevado número de crianças residentes dos 0-2 anos de idade. Guetim, não é coberto por esta valência.

Tabela nº 116
Taxa de Cobertura das Creches no Concelho de Espinho e Freguesias (2006/07)

Freguesia	População (0-2 anos)	Nº Crianças IPSS	Nº Crianças Privadas	Nº Crianças Totais	Taxa de Cobertura (%)
Anta	292	34	43	77	26,37
Espinho	315	96	-	96	30,48
Guetim	39	-	-	-	-
Paramos	113	64	-	64	56,64
Silvalde	220	45	22	67	30,45
Concelho Espinho	955	239	65	304	31,83

Fonte: INE, Censos 2001, Dados Fornecidos pelas Instituições

IV.4.4. – Os Centros de Estudo/ATL's

Os Centros de Estudos, ATL, Salas de Estudo, Ludotecas e Mediatecas, merecem uma referência breve enquanto oferta educativa, por constituírem espaços lúdico-pedagógicos, que têm por função servir de suporte às actividades escolares, e a quem pretende aceder a explicações, nomeadamente, o apoio ao estudo e à realização dos trabalhos de casa e a um conjunto de serviços disponibilizados através da educação não formal.

Destaca-se as valências – ATL - Actividades de Tempos Livres e Salas de Apoio ao Estudo, disponibilizadas por algumas instituições particulares com Creche e/ou Jardim de Infância, incluindo três das IPSS – O Jardim de infância da Costa Verde, o Centro Social de Paramos e o Centro Social de Silvalde. Ao nível do concelho, estas instituições prestam apoio ao estudo a um total de 192 alunos, com idades compreendidas entre 6 e os 12 anos, e que frequentam o 1º e 2º, ciclos do ensino básico. (tabela nº 117)

Assim das cinco freguesias, Guetim não dispõem mais uma vez, de qualquer tipo de equipamento com esta valência.

⁴⁴ - A população entre os 0 e os 2 anos, foi estimada a partir dos Censos 2001, considerando nulo os movimentos migratórios.

Tabela nº 117

Instituições Privadas com ATL e Salas de Apoio ao Estudo, no Concelho de Espinho, (2006/07)

Freguesia	Instituição	ATL		Sala de Apoio ao Estudo	
		nº Salas	alunos	nº salas	alunos
Silvalde	Centro Social de Silvalde	3	50	-	-
Paramos	Centro social de Paramos	2	46	-	-
Silvalde	Fungaga	-	-	1	13
Silvalde	Astrolábio	1	5	-	-
Espinho	Costa Verde	1	35	-	-
Espinho	Catle	4	35	-	-
Anta	Passoa a Passo	1	8	-	-
Total		12	179	1	13

Fonte: Dados Fornecidos pela Instituições

Com excepção da Santa Casa da Misericórdia, todas as instituições de solidariedade social, e entidades particulares, disponibilizam transporte próprio, para deslocação das crianças das creches e ATL,'s para casa e vice-versa. Convém referir ainda, no âmbito de serviço de Componente de Apoio à Família, a existência por parte de várias destas Instituições do serviço de cantina.

A cobertura do concelho, relativamente a esta valência⁴⁵ está longe de dar resposta efectiva aos tempos livres dos alunos que frequentam o ensino básico.

Apesar da valência - ATL existir em três das Instituições Particulares de Solidariedade Social, e em várias instituições privadas com fins lucrativos, a resposta não cobre a totalidade das necessidades do concelho. Neste sentido, algumas Associações de Pais, designadamente a Associação de Pais da Escola EB 1/JI Espinho 3, com o apoio da CME, bem como as Juntas de Freguesia, e o Espaço Comunitário da Associação de Desenvolvimento de Conselho de Espinho - ADCE, têm também criado respostas para a esta valência. (Tabela nº117)

A tabela nº 118, faz referência a um conjunto de Centros de Estudos existentes no Concelho de Espinho pertencentes a entidades privadas, com valências no apoio ao estudo e a outras áreas: informática/Internet; Cursos de Línguas; Psicologia, Terapia da Fala. Acrescente-se ainda a existência de várias Ludotecas e Salas de Estudo dinamizadas pela Associação de Desenvolvimento do Conselho de Espinho – ADCE, com actividades lúdicas, (clubes com dança cigana, dança moderna etc) para além do acompanhamento ao estudo.

⁴⁵ - Não dispomos de todos os dados relativos à distribuição dos ATL e Salas de estudo, por Idades, e por conseguinte, não podemos calcular a taxa de cobertura deste equipamento.

Mapa nº20 - Os ATL / Centros de Estudo/ Ludotecas do Concelho de Espinho

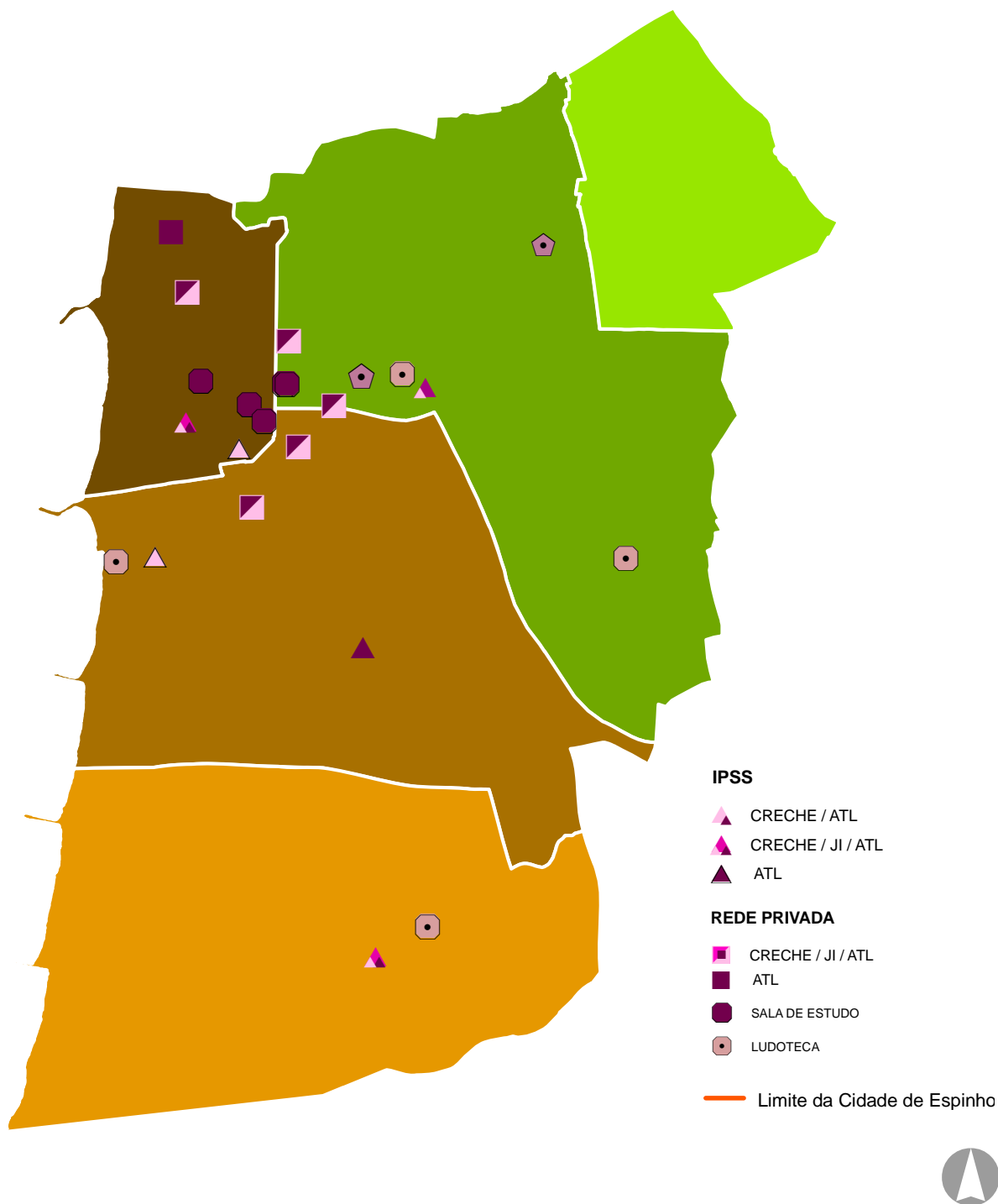


Tabela nº 118
Centros de Estudo/ATL/ Ludotecas do Concelho de Espinho, (2006/07)

Freguesia	Instituição	Sala de Estudo		Ludoteca/Mediateca		Valências/Público Alvo
		nº salas	alunos	nº salas	alunos	
Anta	Carlola	4	27	--	--	Apoio ao Estudo - Alunos do 1º, 2º e 3º CEB
Espinho	Fio de Prume	3	16	--	--	Apoio ao Estudo - Alunos do 4º e 2º CEB
Anta	CerciEspinho	3	272	3*	45	Apoio ao Estudo - Alunos do 2º, 3º CEB e Secundário
Anta	4 Genius	?	?	--	--	Explicações, Cursos de Línguas; Apoio Estudo 2º, 3º CEB Informática/Internet
Espinho	Centro de Estudos e Formação - Teorema	?	?	--	--	Psicologia; Terapia da Fala. ATL (1º, 2º e 3ª CEB) Explicações Individuais
Espinho	Sala de Estudo - Explicações da Escola C. Drº Gomes de Almeida	?	?	--	--	Alunos do 1º, 2º e 3º Ciclos EB e Secundário
Anta	Ludoteca de Anta - ADCE	1	37	1	16	Apoio ao Estudo Alunos do 1º Ciclo
Anta	Ludoteca de Esmojães - ADCE	1	55	1	55	Apoio ao Estudo Alunos do 1º Ciclo
Paramos	Ludoteca do Complexo Habitacional Quinta de Paramos - ADCE	1	25	2	25	Alunos do 1º, 2º e 3º CEB, do Complexo Habitacional da Quinta da Paramos
Silvalde	Ludoteca da Marinha de Silvalde -ADCE	--	--	1	82	Alunos do 1º CEB, da Marinha Silvalde
Silvalde	Casa da Marinha - Cantinho do Estudo	1	87	2*	43	Alunos do 1º, 2º e 3º CEB
TOTAL		14	519	10	266	

Fonte: Centros de Estudos e ADCE

* Mediateca

IV.4.5. – A Universidade Sénior

As Universidades da Terceira Idade surgiram na década de 70, em França, para proporcionar aos mais velhos a possibilidade de aprender ou ensinar e promover o convívio salutar e útil entre gerações. Em Portugal o primeiro estabelecimento de ensino para a terceira idade, foi criado em 1996 - Universidade Internacional para a Terceira Idade. Hoje já existem mais de 30 universidades, cujo objectivo é possibilitar aos mais velhos o acesso a cursos e disciplinas adaptadas à sua realidade e promover a integração dos idosos na sociedade através de actividades recreativas, como a ginástica, pintura e passeios.

A Associação de Cultura e Ensino de Espinho – Universidade Sénior de Espinho, foi criada em 10 de Outubro de 1996, e constitui uma instituição autónoma, cujos estatutos foram

publicados em Diário da República em Janeiro de 1998, e que tem por finalidade o interesse social. O projecto de criação da Universidade Sénior, integrado na Associação de Cultura e Ensino de Espinho, foi idealizado por um grupo de quatro enfermeiras, que após a realização de um estágio de especialização, na área da Gerontologia, no Centro de Saúde de Espinho, constataram existir no concelho, uma elevada percentagem de pessoas idosas, sem resposta a nível cultural, de convívio, combate à solidão ou isolamento, ocupação de tempos livres, etc.

A Universidade Sénior destina-se a pessoas com mais de 50 anos, independentemente das habilitações literárias e não confere qualquer grau académico.

Os principais objectivos desta instituição são a motivação dos seus associados/alunos para a participação na vida desta instituição, a promoção de actividades culturais, recreativas e sociais, a melhoria da qualidade de vida dos alunos proporcionando-lhes iniciativas de convívio e lazer, a troca de experiências, actualização de conhecimentos, a melhoria da sua auto estima, e a sua melhor integração na sociedade.

As aulas tiveram início em 24 de Novembro de 1997. No ano lectivo de 2006/2007 inscreveram-se cerca de 140 alunos, com idade média de 66 anos, maioritariamente do sexo feminino, oriundos do município de Espinho e concelhos limítrofes. Actualmente colaboram em regime de voluntariado cerca de 18 professores que leccionam várias disciplinas (Arraiolos; Bordados Tradicionais; Comunicação; Cultura Geral; Cultura Inglesa; Francês, Inglês, Português, Informática; Grupo Coral; Jograis; Oficina das Artes; Gentes Desconhecidas, Pintura; Osteopatia; Psicologia; Estórias da História; Ginástica e Natação). Promovem a realização de Visitas de Estudo, a participação em Conferências, Exposições, Feiras, assistência a Espectáculos, Concursos Literários nacionais e internacionais, e a edição anual de uma revista – “o Sénior”.

As Universidades Seniores são uma mais valia para manter a teia das relações sociais na família e na comunidade em que os idosos se inserem. As actividades desempenhadas podem contribuir para partilhar ideias, sonhos, construir projectos. E trocar conhecimentos adquiridos ao longo de toda uma vida.

A experiência e a sabedoria que a idade confere podem ser amplamente utilizadas nestas universidades como auxiliares para os outros e para os próprios indivíduos, ajudando-os a construir um futuro melhor e em alguns casos a conquistar de volta uma posição importante no seio da família e da comunidade.